



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LVI - Nº 071 - TERÇA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 2001 - BRASÍLIA-DF**

---

**Mesa não disponível!**

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 – ATA DA 60ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 28 DE MAIO DE 2001

##### 1.1 – ABERTURA

##### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 126, de 2001 (nº 423/2001, na origem), de 15 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2001 (nº 3.107/2000, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.656, de 3 junho de 1998, para dispor sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora de mama por planos e seguros privados de assistência à saúde nos casos de mutilação decorrente de tratamento de câncer, sancionado e transformado na Lei nº 10.223, de 15 de maio de 2001. .... 10530

Nº 127, de 2001 (nº 426/2001, na origem), de 15 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2001 (nº 3.755/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação de empregos públicos no Hospital das Forças Armadas – HFA, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001. .... 10530

Nº 128, de 2001 (nº 458/2001, na origem), de 23 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1997 (nº 4.751/94, na Casa de origem), que cria o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.227, de 23 de maio de 2001. .... 10530

Nº 129, de 2001 (nº 476/2001, na origem), de 24 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Sr. Elim Saturnino Ferreira Dutra, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República da Letô-

nia. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. .... 10530

Nº 130, de 2001 (nº 477/2001, na origem), de 24 do corrente, submetendo à apreciação do Senado o nome do Sr. Luiz Henrique Pereira da Fonseca, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República da Estônia. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. .... 10536

##### 1.2.2 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 189/2001, de 24 do corrente, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 224, de 1989-Complementar (nº 246, de 1990-Complementar, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Carlos Chiarelli, que estabelece condições para a aposentadoria especial dos servidores públicos civis da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal, bem como dos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Ao Arquivo. .... 10548

Nº 190/2001, de 24 do corrente, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 78, de 1999 (nº 1.166/99, na Câmara dos Deputados), de autoria da Senadora Luzia Toledo, que dispõe sobre a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para quitação de prestações atrasadas dos financiamentos habitacionais. Ao Arquivo. .... 10548

##### 1.2.3 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Recurso nº 8, de 2001, interposto no prazo regimental, no sentido de que continue a tramitação do Requerimento nº 51, de 2001, do Senador José Eduardo Dutra e da Senadora Heloísa Helena, solicitando que o Ministro da Fazenda determine ao Banco Central do Brasil, o envio ao Senado Federal de toda a movimentação bancária detalhada relativa ao perío-

do de janeiro de 1995 a julho de 2000, do Senhor Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-Secretário-Geral da Presidência da República, e das demais pessoas que especifica. À publicação. O requerimento será incluído em Ordem do Dia, oportunamente.....

10548

Arquivamento definitivo, sem interposição de recurso em contrário, do Requerimento nº 73, de 2001, do Senador Romero Jucá, solicitando que o Ministro da Fazenda determine ao Banco Central do Brasil o envio ao Senado Federal da relação de todos os depósitos, de quaisquer espécies, oriundos dos recursos do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, no período de janeiro de 1995 a julho de 2000, constantes do rastreamento já realizado por aquela Autarquia nas contas do Senhor Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-Secretário-Geral da Presidência da República e das demais pessoas que especifica. Ao Arquivo. ....

10548

Arquivamento definitivo, sem interposição de recurso em contrário, do Requerimento nº 74, de 2001, do Senador Romero Jucá, solicitando que o Ministro da Fazenda, através da Secretaria da Receita Federal, preste as seguintes informações: se, na auditoria fiscal realizada em relação ao Senhor Eduardo Jorge Caldas Pereira e sua esposa Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira, por solicitação do Ministério Público de Goiás ou na auditoria realizada a pedido do Ministério Público no Distrito Federal, em 2000, foi em contra de qualquer evidência de sonegação fiscal, enriquecimento ilícito ou existência de patrimônio incompatível com os rendimentos declarados pelas referidas pessoas. Ao Arquivo.....

10548

Recebimento do Aviso nº 79, de 2001 (nº 1.808/2001, na origem), de 2 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 246, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Escritório de Representação do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro (RJ) e em clínicas geriátricas contratadas pelo Sistema Único de Saúde – SUS, no ano de 2000 (TC – nº 006.852/2000-8). À Comissão de Fiscalização e Controle.....

10548

Recebimento do Aviso nº 80, de 2001 (nº 1.836/2001, na origem), de 2 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 245, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Projeto de Irrigação Luís Alves, localizado no Distrito de Luís Alves, Município de São Miguel do Araguaia – GO – implementado pelo Governo de Goiás

(TC – nº 010.948/2000-7). À Comissão de Fiscalização e Controle.....

10548

Recebimento do Aviso nº 81, de 2001 (nº 1.864/2001, na origem), de 2 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 243, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria de natureza operacional realizada no Programa Água Boa, do Governo Federal, especificamente o Programa de Implantação de Equipamentos de Dessalinização de Água em Poços Tubulares na região Nordeste do Brasil, conduzido pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (TC – nº 014.990/2000-9). À Comissão de Fiscalização e Controle.....

10548

Recebimento do Aviso nº 82, de 2001 (nº 1.981/2001, na origem), de 9 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 100, de 2001 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria solicitada pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional a ser realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, na execução de subprojeto destinado ao pagamento de indenizações relativas à desapropriação de imóveis (TC – nº 013.699/97-0). À Comissão de Fiscalização e Controle.....

10549

Recebimento do Aviso nº 83, de 2001 (nº 2.009/2001, na origem), de 9 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia da Decisão nº 271, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria operacional realizada na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, na área de franquias de agências e serviços (TC – nº 013.889/94-0). À Comissão de Fiscalização e Controle.....

10549

Recebimento do Aviso nº 84, de 2001 (nº 1.921/2001, na origem), de 8 do corrente, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 289, de 2001 – TCU (1ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizado no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no período de 26-6 a 14-7-2000, com o objetivo de fiscalizar obras de duplicação de trechos rodoviários no Corredor Transmetropolitano da BR 116/SP – São Paulo-Divisa SP/PR (TC – nº 009.002/2000-6). À Comissão de Fiscalização e Controle.....

10549

Recebimento do Ofício nº S/17, de 2001 (nº 42/2001, na origem), de 23 do corrente, do

Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia da Lei nº 10.991, de 13 de junho de 1991, do Município de São Paulo, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 193749, que declarou a inconstitucionalidade do art. 1º da referida lei municipal (licença para instalação de novas farmácias ou drogarias). À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.....	10549	parte da União, de percentuais mínimos, do total dos recursos destinados à irrigação, nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste. ....	10552
Recebimento do Ofício nº 307, de 2001, na origem, de 22 do corrente, do Banco do Brasil, encaminhando esclarecimentos sobre as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional do Centro Oeste – FCO, em atendimento à solicitação constante do Parecer nº 252, de 2001, da Comissão Fiscalização e Controle, referente ao Diversos nº 56, de 1997 (Anexado ao Diversos nº 56, de 1997). À Comissão de Fiscalização e Controle.....	10549	SENADOR ADEMIR ANDRADE – Responsabilidade do Governo Fernando Henrique Cardoso na promoção de política de achatamento salarial nos setores público e privado e no aumento das tarifas públicas.....	10553
1.2.4 – Discurso do Expediente		1.2.6 – Comunicação da Presidência	
SENADOR NABOR JÚNIOR – Comentários ao editorial do jornal Página20, do Estado do Acre, contrário a projeto de autoria de S. Exª para que o aeroporto internacional de Rio Branco tenha o nome do ex-Senador Oscar Passos.....	10549	Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	10555
1.2.5 – Discursos encaminhados à publicação		1.3 – ENCERRAMENTO	
SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Registro do transcurso, no último dia 20 do corrente, do 12º aniversário de Palmas, capital do Estado do Tocantins. ....	10551	2 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL	
SENADOR MAURO MIRANDA – Celeridade para a Proposta de Emenda à Constituição nº 254, de 2000, na Câmara dos Deputados, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prorrogando por 10 anos a aplicação por		Nºs 64 e 65, de 2001. ....	10557
		3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
		Nº 984, de 2001.....	10559
		Nº 985, de 2001, referente ao servidor Egnaldo Rocha Costa.....	10560
		Nºs 986 a 996, de 2001. ....	10561
		4 – ATO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN	
		Nº 3, de 2001.....	10572
		5 – ATOS DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN	
		Nºs 68 a 77, de 2001. ....	10573
		6 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)	
		7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		9 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

## Ata da 60ª Sessão Não Deliberativa em 28 de maio de 2001

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Antero Paes de Barros

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### EXPEDIENTE

#### MENSAGENS

#### DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 126, de 2001 (nº 423/2001, na origem), de 15 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2001 (nº 3.107/2000, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.656, de 3 junho de 1998, para dispor sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora de mama por planos e seguros privados de assistência à saúde nos casos de mutilação decorrente de tratamento de câncer, sancionado e transformado na Lei nº 10.223, de 15 de maio de 2001.

Nº 127, de 2001 (nº 426/2001, na origem), de 15 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2001 (nº 3.755/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação de empregos públicos no Hospital das Forças Armadas – HFA, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001.

Nº 128, de 2001 (nº 458/2001, na origem), de 23 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1997 (nº 4.751/94, na Casa de origem), que cria o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.227, de 23 de maio de 2001.

#### MENSAGEM Nº 129, DE 2001

(Nº 476/2001, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal.

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56, §

1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 40, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 3.414, de 14 de abril de 2000, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Elim Saturnino Ferreira Dutra, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Letônia.

Os méritos do Embaixador Elim Saturnino Ferreira Dutra, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada formação, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 24 de maio de 2001. – Fernando Henrique Cardoso.

EM nº 119/DP/ARC-MRE/APES

Brasília, 18 de maio de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, § 1º do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 40, § 1º do Anexo I ao Decreto nº 3.414, de 14 de abril de 2000, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Elim Saturnino Ferreira Dutra, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Letônia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e Curriculum vitae do Embaixador Elim Saturnino Ferreira Dutra, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – Luiz Felipe de Seixas Corrêa – Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores.

## INFORMAÇÃO

## Curriculum vitae

Ministro de Primeira Classe  
Elim Saturnino Ferreira Dutra

Nascido em Bom Jesus/RS, 22 de janeiro de 1942.  
Filho de Ademar Costa Dutra e Neli Ferreira Dutra.  
CPF:07232330715  
CI: 2391-MRE

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais,  
FD/UFRJ. CPCD, IRBr. Curso de Treinamento e  
Aperfeiçoamento para Chefes de Setores de Promo-  
ção Comercial.

Terceiro Secretário, concurso, 03 de fevereiro de  
1970.

Segundo Secretário, merecimento, 02 de março de  
1979.

Conselheiro, merecimento, 16 de junho de 1982.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 30 de ju-  
nho de 1989.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 23 de de-  
zembro de 1997.

Oficial de Gabinete do Secretário-Geral de Política  
Exterior, 1970.

Assessor do Chefe do Departamento Geral de  
Administração, 1971.

Assessor do Gabinete do Secretário-Geral de Políti-  
ca Exterior, 1972/73.

Subchefe do Cerimonial da Presidência da Repúbli-  
ca, 1979/83.

Chefe da Divisão de Cooperação Técnica, 1989/91.

Vice-Diretor da Agência Brasileira de Cooperação,  
1989/91.

Diretor-Geral da Agência Brasileira de Cooperação  
1995...

Roma, Segundo Secretário, 1974/76.

Roma, Encarregado de Negócios, 1975.

Roma, Chefe do Setor de Promoção Comercial,  
1974/76.

Buenos Aires, Segundo Secretário, 1977/79.

Buenos Aires, Chefe do Setor Econômico, 1977/79.

Washington, Conselheiro, 1983/86.

Washington, Chefe do Setor Político, 1983/86.

Bogotá, Conselheiro, 1986/88.

Bogotá, Chefe do Setor Político, 1986/88.

Bonn, Ministro-Conselheiro, 1991/95.

Comissão de Transferência da SERE, Brasília, 1970  
(membro).

Reunião da Comissão Técnica de Trânsito e Segu-  
rança do Comitê, Diretor Permanente dos Congres-  
sos Pan-americanos de Estradas de Rodagem, Bra-  
sília, 1970 (delegado). Grupo de trabalho do  
CONTRAN para propor Medidas sobre Circulação  
internacional de

Veículos, 1971 (presidente).

Grupo de Trabalho para Elaboração do Fundo de  
Suplementação de Salários do MRE-FUSAL,  
1972.

Conselho Nacional de Trânsito, 1971/73 (represen-  
tante do MRE.).

Montagem e Organização Industrial da Gráfica do  
MRE, Brasília, 1973 (encarregado).

Grupo de Trabalho para Organização e Execução  
das Cerimônias de posse do Sr. Presidente da Re-  
pública, 1974 (membro).

I Exposição Industrial Brasileira na Arábia Saudita,  
Jeddah, 1976 (diretor-geral).

Grupo de Trabalho para a Organização e Execução  
das Cerimônias de posse do Sr. Presidente da Re-  
pública, 1979 (membro).

Seminário Internacional "Papel da ABC na Coopera-  
ção Técnica Internacional", Brasília, 1989 (organiza-  
dor).

Seminário Internacional "Participação do Setor Pro-  
dutivo nas Ações da Cooperação Técnica Internaci-  
onal", Brasília, 1990 (organizador).

Consultas Bilaterais Brasil/Canadá sobre Coopera-  
ção Técnica, Brasília, 1995 (chefe da Delegação  
brasileira).

Consultas Intergovernamentais Brasil/Alemanha so-  
bre Cooperação Financeira e Técnica, Brasília, 1995  
(chefe da Delegação brasileira).

Reunião da Organização de Cooperação e Desen-  
volvimento da OCDE, Antalya, Turquia, 1995(chefe  
da Delegação brasileira).

XII Reunião Anual de Cooperação Técnica Brasil/Ja-  
pão, Brasília, 1996 (chefe da Delegação brasileira).

Negociações Intergovernamentais Brasil/Alemanha  
sobre Cooperação Financeira e Técnica, Brasília,  
1996(chefe da Delegação brasileira).

Reunião com o Presidente do BID sobre a criação  
do Programa de Cooperação Brasil/BID para Con-  
sultoria Especializada, Atividades de Pesquisa e  
Treinamento, Brasília, 1996.

Reunião Intergovernamental Brasil/Bolívia sobre Co-  
operação Técnica La Paz, 1996 (chefe da Delega-  
ção brasileira).

II Sessão Regular da Junta Executiva do PNUD/FNUAP, Nova York, 1996 (chefe da Delegação brasileira).

Reunião sobre o Programa Regional do PNUD, Cidade do México, 1996 (chefe da Delegação brasileira).

Negociações Intergovernamentais Brasil/Angola sobre Cooperação Técnica, Luanda, 1996 (chefe da Delegação brasileira).

Negociações Intergovernamentais Brasil/Moçambique sobre Cooperação Técnica, Maputo, 1996 (chefe da Delegação brasileira).

Negociações Intergovernamentais Brasil/Alemanha sobre Cooperação Financeira e Técnica, Bonn, 1996 (chefe da Delegação brasileira).

Reunião no BID sobre a implementação do Programa de Cooperação Brasil/BID para Consultoria Especializada, Atividades de Pesquisa e Treinamento, Washington, DC, 1996.

Reunião sobre Cooperação Técnica Brasil/Canadá, Ottawa, 1996 (chefe da Delegação brasileira).

Visita de Estado à República de Angola, Luanda, 1996.

IV Reunião Brasil/Reino Unido sobre Cooperação Técnica, Brasília, 1997 (chefe da Delegação brasileira).

Consultas Intergovernamentais Brasil/Alemanha sobre Cooperação Financeira e Técnica, Brasília, 1997 (chefe da Delegação brasileira).

Comissão Mista Brasil/Cuba sobre Cooperação Técnica, Brasília, 1997 (chefe da Delegação brasileira).

Negociações Intergovernamentais Brasil/Alemanha sobre Cooperação Financeira e Técnica, Brasília, 1997 (chefe da Delegação brasileira).

Reunião de Ministros da CPLP, Salvador, 1997.

I Sessão Regular da Junta Executiva do PNUD/FNUAP, Nova York, 1997 (chefe da Delegação brasileira).

Visita de Estado ao Líbano, 1997.

Reunião sobre Cooperação Técnica Brasil/Colômbia, Bogotá, 1997 (chefe da Delegação brasileira).

Reunião Técnica para a Criação do Programa de Apoio à Reestruturação Econômica de Cuba, Havana, 1997 (chefe da Delegação brasileira).

Consultas Intergovernamentais Brasil/Alemanha sobre Cooperação Financeira e Técnica, Brasília, 1998 (chefe da Delegação brasileira).

I Sessão Regular da Junta Executiva do PNUD/FNUAP, Nova York, 1998 (chefe da Delegação brasileira).

XIV Reunião Anual de Cooperação Técnica Brasil/Japão, Tóquio, 1998 (chefe da Delegação brasileira).

II Reunião dos Diretores de Cooperação da CPLP, Lisboa, 1998 (chefe da Delegação brasileira).

Reunião do Comitê de Concertação Permanente da CPLP, Lisboa, 1998 (chefe da Delegação brasileira).

II Conferência dos Chefes de Estado e do Governo dos Países de Língua Portuguesa, Praia, 1998 (delegado).

Negociações Intergovernamentais Brasil/Alemanha sobre Cooperação Financeira e Técnica, Bonn, 1998 (chefe da Delegação brasileira).

III Sessão Regular da Junta Executiva do PNUD/FNUAP, Nova York, 1998 (chefe da Delegação brasileira).

Reunião da Junta Executiva do PNUD/FNUAP, Brasília, 1999 (chefe da Delegação brasileira).

Consultas Intergovernamentais Brasil/Alemanha sobre Cooperação Financeira e Técnica, Brasília, 1999 (chefe da Delegação brasileira).

Negociações Intergovernamentais Brasil/Alemanha sobre Cooperação Financeira e Técnica, Brasília, 1999, (chefe da Delegação brasileira).

Consultas Bilaterais Brasil/Canadá sobre Cooperação Técnica, Brasília, 1999 (chefe da Delegação brasileira).

Conselho Consultivo Internacional do Paraná/CIDADE, 1998/99 (membro).

I Sessão Regular da Junta Executiva do PNUD/FNUAP, Nova York, 1999 (chefe da Delegação brasileira).

Reunião sobre Cooperação Técnica Brasil/República Dominicana, Santo Domingo, 1999 (chefe da Delegação brasileira).

I Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil/Cuba, Havana, 1999 (chefe da Delegação brasileira).

I Reunião de Pontos Focais de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Lisboa, 1999 (chefe da Delegação brasileira).

III Sessão Regular da Junta Executiva do PNUD/FNUAP, 1999 (chefe da Delegação brasileira).

I Reunião Intergovernamental de Cooperação Técnica entre Brasil e México, Cidade do México, 1999 (chefe da Delegação brasileira).

XXVI Período Extraordinário de Sessões da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, Washington, 1999 (delegado).



Missão em Angola – inauguração do “Centro de Formação Profissional” em Luanda, 1999 (chefe da Delegação brasileira).

Reunião Intergovernamental sobre Cooperação Técnica Brasil/Paraguai, Assunção, 1999 (chefe da Delegação brasileira).

I Sessão Regular da Junta Executiva do PNUD/FNUAP, Nova York, 2000 (chefe da Delegação brasileira).

Ordem do Rio Branco, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito de Brasília, Oficial, Brasil.

Medalha do Pacificador, Brasil.

Medalha Santos Dumont, Brasil.

Ordem do Mérito, Cavaleiro, Itália.

Ordem de Mayo, Oficial, Argentina.

Ordem do Libertador San Martín, Oficial, Argentina.

Ordem do Libertador Bernardo O’Higgins, Oficial, Chile.

Ordem de Oudais, Oficial, Marrocos.

Eduardo Prisco Paraíso Ramos, Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

## INFORMAÇÃO GERAL SOBRE A LETÔNIA

Maio de 2001

### 1 – Aspectos Históricos

A estratégica localização do atual território da Letônia, à margem oriental do Mar Báltico, atraiu dominações estrangeiras desde a Idade Média. Vikings, russos, suecos e alemães invadiram a região entre os séculos IX e XII. Os Cavaleiros Teutônicos ocuparam a Letônia no século XIII, sendo o Cristianismo imposto às tribos locais, submetidas à servidão, o domínio alemão sobre a chamada Confederação Livoniana (Estônia, Letônia e Lituânia) dura três séculos até a extinção da Ordem dos Cavaleiros Teutônicos, em 1591. A partir dessa data, com o fim do período de dominação germânica, a Letônia foi dividida entre o Reino da Suécia e o Império Lituano-Polonês. No século XVIII, a Letônia é incorporada ao Império Russo. A servidão é abolida em 1817, medida somente adotada pelo Império Russo 44 anos depois.

No início da década de 20, do século passado, a Letônia usufruía de padrões de vida semelhantes aos da Escandinávia em geral. O sucesso econômico alcançado, além da conjuntura revolucionária na Rússia, motivaram as aspirações de independência, obtida em 1922. O famoso Pacto Hitler-Stalin de

Não-Agressão colocou, entretanto, a partir de agosto de 1939, a Letônia sob a esfera de influência da ex-União Soviética.

Em julho de 1940, tropas soviéticas invadiram o país. Contudo, o controle soviético é perdido em 1941, na esteira da invasão da URSS pelas tropas nazistas. Em 1944, em desdobramento à reação do exército vermelho e de seu avanço rumo à Europa Oriental, a Letônia é reconquistada. A economia da Letônia é integrada então ao sistema soviético, estabelecendo-se a massificação da indústria e a coletivização da agricultura. Durante o regime soviético, milhares de camponeses letões são removidos de suas terras, bem como instalados imigrantes russos em escala, fonte posterior de contínua tensão no país.

Nos anos 80, do século XX, com o advento das políticas de “glasnost” e “perestroika” na URSS, adotadas pelo regime de Mikhail Gorbachev, recrudescem os sentimentos nacionalistas na Letônia. Em 1989, é formada a frente política “Movimento para a Independência Nacional da Letônia”. Em julho do mesmo ano, o Soviete Supremo (Parlamento) da Letônia declara a soberania do país e proclama a sua independência.

Em maio de 1990, a recém-fundada “Frente Popular da Letônia” obtém a maioria dos assentos nas eleições para o novo órgão legislativo do país. A anexação soviética de 1940 é declarada ilegal, sendo votado o restabelecimento da Constituição de 1922. Sob pressão da linha radical soviética, Gorbachev envia tropas do Ministério do Interior, para intervir em Riga. É realizado um referendo nacional em março de 1991, com resultado de 73,7% de apoio à independência do país. A atmosfera de confrontação entre a Letônia e a URSS é reduzida em consequência do golpe de estado, executado em agosto de 1991 pela linha radical soviética, contra Gorbachev, e que é abortado na Duma, com o apoio popular, pela liderança de Boris Yeltsin. Esse evento conduz ao desmembramento da URSS e estabelecimento da Federação da Rússia. A independência da Letônia é reconhecida pela Rússia (CEI) em setembro de 1991.

### II – Política Interna

A presente coalizão no poder é integrada por quatro partidos – o “Partido Popular (centro)”; a “Via Letã (centro)”; o “Partido Novo (centro)”; e o “Movimento para a Independência Nacional da Letônia-Mãe Pátria e Liberdade (frente nacionalista de direita)”. Com 69 assentos na “Saeima” (Parlamento letão), de um total de 100, a coalizão possui confortável maioria, embora dividida internamente, principalmen-

te acerca de temas ligados a reformas econômicas e privatizações.

As próximas eleições parlamentares estão marcadas para outubro de 2002. Eleições municipais, que representarão um grande teste para a coalizão no poder, estão previstas, não obstante, para março de 2001. Em média, a duração dos governos na Letônia tem sido de um ano, desde a independência.

O cenário político na Letônia caracteriza-se como fragmentado. É mais concentrado em personalidades políticas, e em seus apoios empresariais, do que em torno de programas partidários. A última eleição parlamentar de 1998 colocou apenas seis partidos com representação na "Saeima".

A atual Constituição do país (1991) é uma revisão adaptada do texto de 1922. O Parlamento é unicameral, sendo as eleições disputadas no sistema de representação proporcional. Somente cidadãos letões e aqueles residentes na Letônia antes de julho de 1940 podem votar e ser votados em eleições nacionais e locais.

O Presidente é eleito pela "Saeima", por voto secreto, para mandato de quatro anos e máximo de dois exercícios consecutivos. As atribuições do cargo concentram-se na condução da política externa e de defesa. O Presidente indica o Primeiro-Ministro, que forma equipe de Governo, a qual é, por sua vez, submetida à "Saeima". O direito do Presidente de dissolver o Parlamento é dificultado pela necessidade de convocação de referendo nacional sobre o tema. O Presidente possui ainda o direito de veto sobre legislação específica, embora o veto possa ser derrubado por maioria qualificada na "Saeima".

Guntis Ulmanis foi o Presidente por dois mandatos consecutivos até 1999, quando foi eleita Vaira Vike-Freiberga, uma imigrante letã no Canadá, sem a filiação partidária, que retornou ao país em 1998. De visão pragmática e centrista, a Presidente vem se tornando figura política extremamente popular no país. O atual Primeiro-Ministro, indicado em maio de 2000, é Andris Berzins, do "Parti do Novo", que vem observando prudente política fiscal e favorecendo as privatizações e reformas econômicas de vulto, utilizando-se para isso do auxílio de consultores internacionais.

### III – Política Externa

O principal objetivo da política externa da Letônia consiste em viabilizar o ingresso do país nas estruturas euro-atlânticas (União Européia e OTAN). Um acordo de livre-comércio foi celebrado com a UE em 1994, seguido de instrumento mais abrangente em 1995. Contrariamente à vizinha Estônia, a Letônia

não foi incluída na primeira leva de países da Europa Central e do Leste, qualificados para negociações de acesso em 1997.

Em 1999, finalmente, o país foi convidado pela Comissão Européia para iniciar preparações visando à integração comunitária. Presentemente, o país procura habilitar-se em oito campos do chamado "acquis communautaire": pequenas e médias empresas; pesquisa; educação; relações exteriores; política de segurança; política de competição; estatísticas; e política cultural e audiovisual. Prevê-se para depois de 2005 o eventual ingresso da Letônia na UE.

Um dos obstáculos apontados no processo de habilitação da Letônia vem a ser o fraco padrão da administração pública do país, com brechas que favorecem a corrupção e inépcia da máquina administrativa. O país, todavia, foi classificado como uma democracia estável, e os direitos humanos e liberdades essenciais são respeitados, registrando-se expressiva melhoria no relacionamento inter-étnico letão-russo (os letões formam apenas 52% da população) com a aprovação de uma nova lei de cidadania em 1999, que ampliou os direitos da grande minoria russa no país (34%).

Em 1996, os três países bálticos eliminaram as tarifas de importação entre si para facilitar as suas trocas. No entanto, a decisão da UE de privilegiar o acesso da Estônia introduziu elemento de competição entre aqueles países, que vêm encontrando dificuldades no estabelecimento de maior nível de integração. A idéia de alcançar elevado grau de integração pan-báltica resultou da pequena escala dos mercados de cada país, associada à vulnerabilidade diante de pressões da Rússia, responsável pelos fornecimentos de petróleo e gás natural.

Após a independência, a política externa da Letônia orientou-se rapidamente em direção ao Ocidente. As relações com a Rússia passaram a concentrar-se na solução das pendências da era soviética e na promoção de novo relacionamento comercial. Apenas em 1994, na esteira de acordo abrangente envolvendo o pagamento de pensões e benefícios a pessoal militar russo reformado, as tropas russas retiraram-se do país. Embora a legislação sobre minorias da Letônia esteja atualmente de conformidade com os padrões mínimos de observância de direitos nessa matéria, a Duma (Parlamento) da Rússia vem insistindo na ameaça de promover retaliações econômicas contra o país diante de supostas violações contra nacionais russos nesse campo. A Duma vem postergando, igualmente, a ratificação do tratado de negociação da fronteira entre os dois países, com o intuito

ito de prejudicar o ingresso da Letônia na OTAN, ao qual a Rússia se opõe radicalmente. O acesso da Letônia à OTAN vê-se, com efeito, prejudicado tanto em função do precário estado de suas forças armadas, quanto em decorrência da forte oposição da Rússia, que não deseja vizinho adjacente à sua fronteira, pertencente aos quadros daquela organização.

#### IV – Economia

A Letônia possui localização estratégica, situada entre a Escandinávia e a Europa Ocidental e os países da CEI – O país usufrui de portos livres de gelo por todo o ano e também tem 45% de seu território coberto por florestas, que representam seu mais importante recurso natural.

O trânsito de mercadorias pelo país fornece substancial fonte de renda. O setor de transportes e comunicações é responsável pela geração de cerca de 15% do PIB do país (1999), empregando noventa mil pessoas. A União Européia contribui, por intermédio do Programa PHARE, para a ampliação e melhoramento da rede viária da Letônia, conectando-a aos sistemas trans-europeus – a) Rodovia Riga Tallinn; b) Via Báltica, ligando os países bálticos à Alemanha, através da Polônia; e c) Rodovia “Latgale”, unindo Riga a Moscou).

A Letônia possui insignificantes reservas de recursos energéticos e importa da Rússia a quase totalidade de suas necessidades de combustível e gás natural. Acha-se em curso esforços para diversificar as fontes fornecedoras do país, por meio da intensificação das conexões com redes nórdicas. O país importa eletricidade também da Lituânia, que explora a energia nuclear.

Com o fim da economia centralizada, ocorreu uma rápida expansão do setor de serviços, em prejuízo da agricultura e da indústria. O setor agrícola, por exemplo, que respondia por 25% do PIB em 1990, gerou apenas 4% em 1999. A agricultura continua ineficiente, em função da diminuta escala das propriedades e da incompleta privatização das terras. A atividade agrícola na Letônia sobrevive protegida por elevadas barreiras tarifárias.

A base industrial do país, responsável pelo fornecimento à União Soviética principalmente de equipamentos de telefonia e de radiocomunicação, além de microônibus e peças, não conseguiu enfrentar a competição internacional após a liberalização do comércio desenhada a partir do princípio da década passada.

O declínio do setor industrial foi acompanhado por expressivo crescimento do setor de serviços, responsável em 1999 pela formação de 70% do PIB letão. Os setores de transportes e de comunicações,

conforme citado, e o setor financeiro, constituíram os carros-chefe dessa transformação.

A participação do setor privado na economia registrou incremento substancial, saindo de quase zero em fins dos anos 80 para 65% do PIB em 1999, gerando 70% dos empregos do país naquele ano. Saliente-se que desde 1995, sucessivos governos vêm buscando implementar sólidas políticas macroeconômicas, observando rígidas metas monetárias e fiscais e estrito controle creditício.

A economia do país principiou a crescer em 1999, registrando taxa de 4% em 2000. Verificou-se recuperação da demanda interna por bens de consumo e a ampliação da oferta de investimentos estrangeiros. A inflação encontra-se sob controle, com a moeda local vinculada a cestas de moedas fortes. As pressões resultantes da alta dos preços do petróleo em 2000 não atingiram substancialmente o país, em razão da modesta escala de seu mercado. Em 2000, a taxa de inflação foi de somente 1,8%.

#### V – Relações com o Brasil

O Brasil reconheceu a independência da Letônia em 1991 e estabeleceu relações diplomáticas em 1993, criando a Embaixada junto a Riga, em caráter não-residente, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Estocolmo.

Até o presente, as relações bilaterais encontram-se em estágio bastante incipiente, tanto no plano político, quanto na esfera econômico-comercial. Não se registram trocas de visitas oficiais entre os dois países, e embora tenha havido elevação recente no volume de intercâmbio comercial, verifica-se em média significativo superávit em favor da Letônia.

Em 2000, as exportações brasileiras totalizaram apenas US\$863 mil contra US\$153,8 milhões de importações provenientes da Letônia, em descompasso que tem sua causa principal nas elevadas compras brasileiras de óleo diesel (US\$153 milhões) efetuadas naquele país.

Os principais produtos brasileiros exportados em 2000 para a Letônia são: calçados de couro natural; artefatos domésticos de aço inoxidável; cigarros de fumo; café solúvel; lâminas de ferro e aço; tratores; pneumáticos; e instrumentos e equipamento odontológico.

Os principais produtos importados da Letônia pelo Brasil, no mesmo ano, são: óleo diesel; fertilizantes; produtos químicos; e anúncios, cartazes e placas indicadoras luminosas.

Inexistem acordos bilaterais entre Brasil e Letônia. A Letônia, entretanto, vem manifestando, nos poucos contatos bilaterais travados, seu interesse em negociar acordos específicos. Vale citar que, quando da apresentação de credenciais do anterior Embaixador do Brasil em Estocolmo, em fevereiro de 1999, ao governo letão, o então Chanceler, Valdis Birkavs, entregou propostas de acordos sobre promoção e proteção de investimentos sobre serviços aéreos e marítimos. Cabe observar, contudo, que ambos os tipos de acordo não se ajustam mais às exigências da prática brasileira quanto às respectivas matérias em âmbito bilateral. Em agosto de 1999, por Nota dirigida à Embaixada brasileira em Estocolmo, o governo letão submeteu proposta de Acordo para a Isenção Recíproca de Vistos.

Desde 1998, o Senhor Guntis Belevics atua como Cônsul Honorário do Brasil em Riga. Desde 1993, o Senhor João Grimberg, por sua vez, vem exercendo as funções de Cônsul Honorário da Letônia no Brasil, com jurisdição sobre o Estado de São Paulo, em que se concentra a parcela mais expressiva da diáspora letã em nosso País.

#### VI – Dados Gerais

Nome oficial: República da Letônia

Capital: Riga (797.000 habitantes–1999)

Área: 64.589 km<sup>2</sup>

População: 2.420.000 habitantes (2000)

Densidade Demográfica: 37,2 hab/km<sup>2</sup>

Principais Cidades (hab. ): Daugavpils (115.000), Liepaja (95.000), Jelgava (71.000)

Idiomas: Letão (57%), Russo (40%)

Religiões: Cristianismo (39,6% - Católicos (14,9%), Protestantes (16,7%), Ortodoxos (8%); Judaísmo (0,6%); outras (59,8% – maioria ateu)

#### Governo:

Sistema de Governo: República Parlamentarista

Chefe de Estado: Presidente Vaira Vike-Freiberga, eleita pela Assembléia Nacional (“Saeima”) em junho de 1999

Chefe de Governo: Primeiro-Ministro Andris Berzins, indicado pelo Presidente e eleito pela Assembléia Nacional em maio de 2000

Chanceler: Indulis Berzins

Poder Legislativo: Assembléia Nacional unicameral (“Saeima”), composta por cem representantes

#### Indicadores sociais:

Taxa de crescimento da população: 0,7% (1998)

Distribuição populacional: 73% de população urbana e 27% rural

Taxa de mortalidade infantil: 15 mortes/1.000 crianças nascidas vivas (1999)

Expectativa de vida: homens – 64 anos; mulheres – 76 anos (1998)

Grau de alfabetização: 98% da população

#### Indicadores econômicos:

PIB: US\$ 6,4 bilhões (2000); US\$ 6,3 bilhões (1999)

Renda Per Capita: US\$ 2.300 (1999)

Taxa de Crescimento do PIB: 4% (2000); 0,1% (1999)

Taxa de Inflação: 1,8% (2000); 2,4% (1999)

Taxa de desemprego: 7,4% (2000); 9,1% (1999)

Moeda: “Lat”; Cotação: 0,615/US\$ 1,00

Principais indústrias (1999): Madeireira, bebidas e alimentos processados, têxtil e vestuário, mineração, maquinário e equipamento

Principais cultivos e criações (1999): cereais (787.000 ton), Beterrabas (451.000 ton), batatas (795.000 ton), vegetais (130.000 ton) gado bovino (378.000 ton), suínos (404.000 ton), carne de frango (3.236.000 ton)

Exportações: US\$ 2,1 bilhões (FOB – 2000)

Importações: US\$ 3,3 bilhões (FOB – 2000)

Principais produtos exportados: Madeiras, têxteis, metais não-ferrosos, maquinário e equipamento; alimentos processados

Principais produtos importados: Máquinas e equipamentos de transporte, produtos químicos, petróleo e derivados, gás natural e metais manufaturados

Principais destinos de exportação: Alemanha, Reino Unido, Suécia e Rússia

Principais origens de importação: Rússia, Alemanha, Finlândia e Suécia

Dívida externa: US\$ 1 bilhão (2000); US\$ novecentos mil (1999)

Reservas Internacionais: US\$ 940 milhões (2000); US\$ 840 milhões (1999)

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 130, DE 2001  
(Nº 477/2001, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior,

aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986. no art. 40, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 3.414, de 14 de abril de 2000, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Luiz Henrique Pereira da Fonseca, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Estônia.

Os méritos do Embaixador Luiz Henrique Pereira da Fonseca, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 24 de maio de 2001. – Fernando Henrique Cardoso.

EM Nº 0012000/DP/ARC-MRE/APES

Brasília, 18 de maio de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço exterior, aprovado pelo Decreto nº 93325 de 1º de outubro de 1986 no art. 40, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 3.414, de 14 de abril de 2000. submeto a apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Luiz Henrique Pereira da Fonseca, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia. exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Estônia.

2. Encaminho, igualmente em anexo. informação sobre o país e Curriculum vitae do Embaixador Luiz Henrique Pereira da Fonseca, que, juntamente com a mensagem ora submetida a apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – Celso Lafer – Ministro de Estado das Relações Exteriores.

#### INFORMAÇÃO

##### Curriculum Vitae

Ministro de Primeira Classe Luiz Henrique Pereira da Fonseca

Rio de Janeiro/RJ, 1º de outubro de 1945. Filho de Hélio Tavares Fonseca e Maria Clarice Pereira Fonseca.

CPF: 02433869153

ID: 2770

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FND-UB, CPCD, IRBr, Curso de Prática Diplomática e Consular, IRBr, Curso sobre Comunidade Econômica Européia-CEE, Instituto Internacional de Administração Pública, Paris, Bruxelas. "Certificate of Proficiency in English, University of Cambridge." CAE, IRBr. Orientador Profissional do CPCD do IRBr, 1988.

Terceiro Secretário, 17 de outubro de 1968.

Segundo Secretário, merecimento, 31 de dezembro de 1971.

Primeiro Secretário, merecimento, 29 de dezembro de 1977.

Conselheiro, merecimento, 23 de junho de 1981.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, junho de 1989.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 21 de dezembro de 1994.

Assistente do Chefe da Divisão de Política Comercial, 1968/72.

Chefe, substituto, da Divisão de Política Financeira, 1980/83.

Assistente do Chefe da Divisão de Política Financeira, 1980/83.

Chefe da Divisão da África 1, 1987/88.

Chefe da Divisão da Ásia e Oceania II, 1988/89.

Chefe da Divisão da América Meridional I, 1989/1990.

Chefe, substituto, do Departamento das Américas, 1989/1990.

Washington, OEA, Segundo Secretário, 1972/74.

Genebra, Delegação Permanente, Segundo Secretário, 1974/77.

Santiago, Primeiro Secretário, 1978/80.

Londres, REBRASLON, Conselheiro, 1983/87.

Londres, REBRASLON, Encarregado de Negócios, 1986.

Lisboa, Ministro-Conselheiro, 1990/92.

Lisboa, Encarregado de Negócios, 1992.

Lisboa, Ministro Conselheiro, 1990/95.

Lisboa, Encarregado de Negócios, 1992/95.

São Salvador, Embaixador, 1995/...

IX Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD, Genebra, 1969 (membro).

IX Reunião da CECLA, Brasília, 1971 (membro).

III Reunião da Comissão Econômica Mista Brasil-Japão, Brasília, 1971 (assessor).

XIV Período de Sessões da CEPAL, Santiago, 1971 (membro).

LI Sessão do ECOSOC, Genebra, 1971 (membro).  
Subcomissão Interamericana de Educação, Ciência e Cultura, Washington, 1973 (representante).

Reunião da Comissão Especial para a Reestruturação do Sistema Interamericano, Lima, 1973 (membro).

LXX Reunião do Comitê Executivo do Conselho Diretor da Organização Pan-Americana de Saúde, 1973 (membro).

III e IV Períodos Ordinários de Sessões da Assembleia Geral da OEA, Washington, 1973, Atlanta, 1974 (membro).

II, III e V Períodos de Reuniões da Comissão Especial para Reestruturação do Sistema Interamericano, Washington e Lima, 1973, Washington, 1974 (membro).

Reunião Preparatória de Aviação Civil, OIT, Genebra, 1974 (delegado).

Reunião do Conselho Internacional da Segurança Social, OIT, Genebra, 1974 (membro).

Reunião Técnica da Madeira. OIT, Genebra, 1974 (representante).

Reuniões da XXXI Sessão do Comitê dos Direitos Humanos das Nações Unidas, Genebra, 1975 (observador).

XI Sessão do Conselho Bureau internacional de Educação, Genebra, 1975 (membro).

Conferência de Exame do Tratado sobre a não proliferação de armas nucleares, Genebra, 1975 (observador).

III Reunião Técnica Tripartida das Minas, que não as de Carvão, OIT, Genebra, 1975 (delegado).

XXX Reunião do Conselho de Administração da União Internacional de Telecomunicações, Genebra, 1975 (membro).

Sessão de Verão da Conferência do Comitê de Desarmamento, Genebra, 1975 (membro).

V Congresso da ONU sobre a Prevenção do Crime e Tratamento dos Delinquentes, Genebra, 1975 (conselheiro técnico).

Conferência Técnica Marítima Preparatória, OIT, Genebra, 1975 (conselheiro técnico).

XXII Reunião do Conselho do Centro Internacional de Aperfeiçoamento Profissional e Técnico, Genebra, 1975 (conselheiro técnico).

XIII Sessão do Comitê sobre Eliminação da Discriminação Racial, Genebra, 1976 (observador).

XXXII Sessão da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, Genebra, 1976 (observador).

VIII Conferência da Comissão de Indústrias Químicas, OIT, Genebra, 1976 (delegado governamental).

Conferências do Comitê de Desarmamento, Genebra, 1975 e 1976 (membro).

XIII Sessão do Subcomitê Técnico e Científico, Comitê sobre as Utilizações Pacíficas do Espaço Extra-Atmosférico, Genebra, 1976 (membro).

XXVIII e XXIX Assembléias Mundiais da Saúde, Genebra, 1975 e 1976 (conselheiro técnico).

Conferência Mundial Tripartite sobre Emprego, Distribuição de Renda, Progresso Social e Divisão Internacional do Trabalho, Genebra, 1976 (conselheiro técnico).

LXI Período de Sessões do ECOSOC, Genebra, 1976 (assessor).

XXV, XXVI e XXVII Sessões do Comitê Executivo do Programa do ACNUR, Genebra, 1974 (membro), 1975 e 1976 (delegado).

XV Congresso Mundial da Água, Comissão Econômica para a Europa, Genebra, 1976 (observador).

II Reunião do Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre Recursos Naturais, Genebra, 1976 (membro da delegação).

LX, LXI e LXII Sessões (marítima) da Conferência Internacional do Trabalho, Genebra, 1975 e 1976 (conselheiro técnico).

CXCIV a CCI Sessões do Conselho de Administração da OIT, Genebra, 1974 (observador), 1975 (observador e delegado-suplente, 1976 (delegado-suplente).

VII Reunião da Comissão de Trabalho nas Plantações, Genebra, 1976 (delegado governamental).

Reunião Preparatória do Projeto de Convenção da Responsabilidade Civil do Transportador Terrestre, Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Santiago do Chile, 1978 (chefe).

III Assembléia da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (CLAC), Santiago do Chile, 1978 (delegado).

IX Reunião do CIECC, Santiago, 1978 (delegado).

Reunião Regional sobre o Plano de Ação da Conferência das Nações Unidas sobre a Água, Santiago, 1978 (membro).

Reunião do CEGAN sobre População, Quito, 1979 (chefe).

Comitê de Peritos Governamentais de Alto Nível (CEGAN) preparatório da XVIII CEPAL, Quito, 1979 (chefe).

Reunião Regional sobre Integração da Mulher no Processo de Desenvolvimento, Quito, 1979 (chefe).

XVIII Período de Sessões da CEPAL, La Paz, 1979 (delegado).

XI Reunião da CIEN, Santiago, 1979 (delegado).

V Reunião da Comissão Especial de Coordenação Brasil-Chile, Santiago, 1979 (membro).

Conferência Regional sobre Assentamentos Humanos, México, 1979 (delegado).

XV Reunião do Grupo "ad hoc" de Comércio da CECON/OEA, Santiago, 1980 (membro).

LXXIV Reunião da Diretoria Executiva do Fundo Africano de Desenvolvimento, Abidjã, 1980 (observador).

I Reunião de Comissão mista Brasil-Zaire, 1980 (membro).

VI Reunião da Comissão Especial de Coordenação Chileno-Brasileira, Brasília, 1981 (delegado).

Reunião Consultiva sobre a III Realimentação de Recursos do Fundo Africano de Desenvolvimento, Estocolmo, 1981 (delegado).

Reunião de Peritos Preparatória da Conferência de Alto Nível sobre Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento, Genebra, 1981 (delegado).

Missão oficial negociadora do Acordo para o estabelecimento de um Banco Binacional Brasil-Iraque, Bagdá, 1981 (delegado).

II Reunião da Comissão Mista Brasil-Iraque, Brasília, 1981 (delegado).

Encontros Setoriais do Tratado de Cooperação Amazônica, Lima, 1981 (delegado).

Visita oficial do Ministro das Relações Exteriores da Polônia, Senhor José Czyrek, ao Brasil, Brasília, 1981 (acompanhamento diplomático).

IV Assembleia Anual de Governadores do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, (FONPLATA), Santa Cruz de la Sierra, 1981, membro).

Comissão Intergovernamental Brasil-Bolívia, encarregada de examinar o pedido do Governo boliviano de reescalonamento de sua dívida externa pública com o Brasil, Brasília, 1981 e 1982 (representante do MRE).

XXI e XXII Reuniões da Diretoria Executiva do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, Santa Cruz de la Sierra, 1981 e Buenos Aires, 1982 (membro).

Reunião de Peritos do Grupo dos "77" em Cooperação Financeira no âmbito da Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento (CEPD), Kingston, 1982 (chefe).

Acompanhamento oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Togo, Embaixador Anani Kuma Adapko Ahiany, em sua visita oficial ao Brasil, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador e São Paulo, 1982.

Acompanhamento oficial do Ministro das Relações Exteriores do Chile, Embaixador René Rojas Galdames, em sua visita ao Brasil, 1982.

VIII Reunião Ordinária do Conselho Latino-Americano do SELA, Caracas, 1982 (delegado).

Presidente da Comunidade Internacional da Pimenta-do-Reino, mandato 1982 a 1983 e Presidente da X Sessão da Comunidade, Belém, 1982.

XIII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata.

Acompanhamento oficial do Chanceler do Uruguai. Carlos Alberto Maeso, Brasília, 1982.

XXIII Sessão do Comitê de Cooperação Técnica da Organização Marítima Internacional, Londres, 1983 (delegado).

XIII Sessão da Assembleia, e XII Sessão Extraordinária do Conselho da Organização Marítima Internacional, Londres, 1983 (delegado).

XLIII Sessão do Comitê Executivo da Organização internacional do Cacau, Londres, 1983 (delegado).

XLIV Sessões do Comitê Executivo da Organização Internacional do Cacau. Londres, 1983 (delegado).

IX Sessão do Comitê Executivo do Fundo Internacional de Indenização para Poluição por Óleo da IMO, Londres, 1983 (observador).

XCV Reunião do Grupo Internacional de Estudos sobre a Borracha, Londres, 1983 (delegado).

XLVIII Sessão do Comitê de Segurança Marítima da IMO, Londres, 1983 (delegado).

XLV Sessão do Comitê Executivo da Organização Internacional do Cacau, Londres, 1983 (delegado).

VI Sessão da Assembleia e X Sessão do Comitê Executivo do Fundo Internacional de Indenização para Poluição por Óleo da IMO. Londres, 1983 (observador).

III Sessão da Assembleia das partes da INMARSAT, Londres, 1983 (delegado).

Comitê Preparatório para a Negociação do IV Acordo Internacional do Cacau, Londres, 1983 (delegado).

XXVIII Assembleia do Grupo internacional de Estudos sobre a Borracha (GIESB), Londres, 1984.

XLII e XLIII Sessão do Comitê Executivo da Organização Internacional do Cacau, Londres, 1984.

VII Sessão da Assembléia do Fundo de Indenização para Poluição por Óleos, Londres, 1984.

Comitê Executivo do GIESB, Londres, 1984.

VIII, IX e X Reuniões Consultivas das Partes Contratantes da Convenção para Prevenção da Poluição Marinha, Londres, 1984/86.

I, II, III, IV e V Sessão da Conferência das Nações Unidas que aprovou o IV Acordo Internacional do Cacau, Genebra, 1984/86 (subchefe).

XLIV e LI Sessão do Comitê Executivo da Organização Internacional do Cacau, Londres, 1985.

XVIII a XXII Sessões do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho da IMO, Londres, 1983/85.

XXIV a XXVIII Sessões do Comitê Executivo da Organização Internacional do Cacau, Londres, 1983/85 (delegado).

XIV Sessão da Assembléia e XIII Sessão Extraordinária do Conselho da IMO, Londres, 1985.

LII Sessão do Comitê de Segurança Marítima do IMO, Londres, 1986.

CIII Sessão do Conselho Internacional do Trigo, Londres, 1986 (chefe).

Conferência Diplomática para Emendar o Anexo da Convenção sobre Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional, Londres, 1986.

L, LII, LIV a LVII Sessões do Comitê Jurídico da IMO, Londres, 1983, 1984, 1985. 1986 (delegado).

L, LII a LIV e LVII Sessões do Conselho do IMO, Londres, 1983/86.

LIII Sessão do Comitê de Segurança Marítima da IMO, Londres, 1986.

LIII Sessão do Comitê Executivo da Organização Internacional do Cacau, Londres, 1986.

XLVI Assembléia Geral da Aliança dos Países Produtores do Cacau. Abidjã, 1986 (chefe).

XI Painel Técnico da Comunidade Internacional da Pimenta. Rotterdam, 1986 (chefe).

Grupo sobre Regras do Estoque Regulador de Cacau. Londres, 1986 (chefe).

IV Reunião de Comissão Mista Brasil-Côte d'Ivoire, Brasília, 1987.

Subcomitê da III Sessão da Comissão Mista Brasil-Nigéria, Lagos, 1987 (delegado).

Comitê de Peritos da III Sessão da Comissão Mista Brasil-Nigéria, Brasília, 1988 (delegado).

XVIII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Brasília, 1989.

Representante na Seção Brasileira da Comissão Mista Brasileiro-Uruguia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM).

Subcomissão Permanente da Lagoa Mirim, Treinta y tres, 1989.

Comitiva do Senhor Presidente da República à cerimônia de posse do Presidente Andrés

Rodríguez, do Paraguai, Assunção, 1989.

Reunião Preparatória da III Subcomissão para o Desenvolvimento Conjunto de Zonas Fronteiriças, 1989, Montevideu (Chefe da Delegação).

III Subcomissão para o Desenvolvimento Conjunto de Zonas Fronteiriças, 1989, Brasília (delegado).

Comitiva oficial da visita a Santiago do Secretário-Geral das Relações Exteriores, 1989.

55ª Reunião do Conselho Deliberativo da Sudesul, representando Itamarati, Porto Alegre, 1989.

X Reunião da Comissão Especial de Coordenação Brasileiro-Chilena, Brasília, 1989 (delegado).

Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná – I e II Reuniões – Buenos Aires, 1990 (chefe da delegação).

Comissão Mista sobre a Ponte São Borja-Santo Tomé, 1990, Buenos Aires (titular da Seção Brasileira).

Comitiva Oficial da visita à Argentina do Ministro de Estado das Relações Exteriores, junho de 1990.

Simpósio Internacional das Relações Nipo-Brasileiras, São Paulo, 1988 (conferencista). Conferência proferida na Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 1987: "Posição do Brasil face à África Ocidental e Central".

Conferência proferida na Escola Nacional de Informações, Brasília, 1987: "Relacionamento do Brasil com Países Africanos".

XVIII Convenção do ELOS internacional da Comunidade Lusíada, Tavira, 1991 (representante).

Palestras na Escola Superior de Guerra, na Escola de Comando e Estado Maior do Exército, na Escola de Guerra Naval, na Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica, na Escola Nacional de Informações, para Representantes na JID e no CAD do IRBr.

Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, 1991 (conferencista).

Sociedade de Geografia de Lisboa. 1992 (conferencista).

Núcleo de Estudos das Relações Internacionais da Universidade Lusíada (NÉRI), 1992 (conferencista).

Associação Industrial da Região Oeste (AIRO), 1992 (conferencista).



Conferencista no Seminário sobre Mercosul. Universidade Dr. José Matias Delgado, São Salvador, 1999.

Chefe da Delegação à II Comissão Mista de Cooperação Técnica (COMISTA), realizada em El Salvador, 1996.

Membro da Delegação Oficial da Visita a El Salvador do Vice-Presidente da República. Dr. Marco Maciel. 1998.

Membro da Missão Especial Brasileira à Cerimônia de Posse do Presidente da República de El Salvador. Lic. Francisco Flores, 1999.

Livro publicado:

"Organização Marítima Internacional (IMO). In Visão Política de um Organismo Especializado das Nações Unidas". Coleção Relações Internacionais do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.

Conselho Patrimonial da Fundação Visconde de Cabo Frio, 1990 (conselheiro). Academia de Letras e Artes de Estoril ("Personalidade da Costa do Estoril").

Ordem Bernardo O' Higgins, Oficial, Chile.

Ordem Bernardo O' Higgins, Comendador, Chile.

Ordem Bernardo O' Higgins, Grande Oficial, Chile.

Ordem Libertador San Martin, Grande Oficial, Argentina.

Ordem de Rio Branco, Grande Oficial, Brasil.

Ordem Infante Don Henrique, Grande Oficial, Portugal.

Medalha do Pacificador, Ministério do Exército, Brasil.

Eduardo Prisco Paraiso Ramos, Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

#### INFORMAÇÃO SOBRE A REPÚBLICA DA ESTÔNIA

##### Avaliação das relações bilaterais

O Brasil manteve relações diplomáticas com a Estônia durante o seu curto período de independência nos anos 20, voltando a reconhecê-la quando de sua secessão da União Soviética em 1991. As relações diplomáticas foram restabelecidas em 1993, criando a Embaixada, em caráter não-residente, cumulativa com a Missão Diplomática brasileira em Helsinque.

A Estônia tem demonstrado interesse em aprofundar as relações bilaterais, particularmente no que se refere ao intercâmbio comercial, à cooperação tecnológica e à coordenação em foros multilaterais. Não obstante a prioridade atribuída pela Estônia à sua in-

tegração às estruturas euro-atlânticas, o Governo de Tallinn indica reservar posição especial para as relações com o Brasil, no contexto latino-americano. A diplomacia estoniana considera o Brasil "país-chave" no processo de relançamento de suas prioridades fora da Europa e constituiu viva demonstração desse interesse a visita ao País do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Toomas Hendrik Ilves, em novembro passado.

Nos moldes celebrados pelo Brasil, foi proposto, por sua vez, acordo de Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço. Após o exame pelas áreas competentes brasileiras, todos os acordos propostos foram reencaminhados à parte estoniana.

Conforme salientado por diplomatas estonianos em contato com a Embaixada do Brasil em Helsinki, o governo daquele país ainda não logrou, por motivos de ordem econômica, inaugurar uma Missão Diplomática na América Latina, existindo, não obstante, projeto para implementação da iniciativa a médio prazo. O Chanceler Ilves, em sua visita ao Brasil, expressou o interesse de que venha a ser aberta missão diplomática de seu país, em caráter residente, em Brasília.

Brasil e Estônia negociam, no momento, acordo de isenção de vistos para passaportes comuns e diplomáticos.

##### Visita do Chanceler estoniano

A visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Estônia, Toomas Hendrik Ilves, insere-se no quadro do grande interesse que vem sendo manifestado pelo governo estoniano no sentido não apenas de incentivar os vínculos bilaterais, como também de afirmar, em périplo por países das Américas do Sul e Central, a presença da Estônia no mundo ibero-americano.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Estônia, Toomas Hendrik Ilves, esteve no Brasil (Brasília e São Paulo) nos dias 8 e 9 de novembro de 2000, demonstrando o forte interesse do Governo estoniano em um fortalecimento, em todos os níveis, dos laços bilaterais.

Acompanhado por delegação de diplomatas, o Ministro do Exterior estoniano foi recebido pelo Vice-Presidente Marco Maciel e por seu contraparte brasileiro e manteve importantes encontros no Congresso Nacional, onde foi recebido por membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. Durante a entrevista com o então Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, foi examinada em conjunto a possibilidade de coope-

ração interparlamentar em bases regulares, por meio da criação de Grupos Parlamentares de Amizade em ambos os países. A esse propósito, o Vice-Presidente da República manifestou sua disposição de incentivar pessoalmente a criação de mecanismo de interlocução político-parlamentar com a Estônia.

A visita do Ministro Ilves possibilitou às duas partes discutir, em bases realistas, possibilidades específicas de cooperação e de intercâmbio, assim como a troca de impressões sobre temas ligados aos processos de integração em que estão envolvidos ambos os países. Foram identificados, na ocasião, áreas de interesse complementar para o desenvolvimento das relações, tendo sido alinhados os setores de cooperação técnica e intercâmbio de estudantes, tanto no Instituto Rio Branco como em instituições universitárias. Foi feita a entrega, pela parte estoniana, de proposta de acordo bilateral na área de informática.

Na ocasião, foram ainda assinados os acordos negociados com a parte estoniana na área de turismo e de cooperação cultural e educacional.

#### Relações econômicas

As relações comerciais entre Brasil e Estônia são incipientes. O comércio bilateral, em 2000, alcançou tão-somente a cifra aproximada de US\$9,7 milhões (FOB), correspondendo às exportações brasileiras o valor de US\$2,8 milhões e às importações US\$6,9 milhões. Este volume foi o maior dos últimos anos, e evidencia um crescimento significativo, especialmente se considerarmos o valor de apenas US\$3 milhões registrado em 1999. No entanto, o Brasil continua acumulando déficits seu intercâmbio com a Estônia.

Em 1999, a pauta de exportações do Brasil para a Estônia se compôs principalmente de cacau — em pasta e em pó — além de máquinas e equipamentos — principalmente para colheita, mas também para embalagem — e ferronióbio.

Igualmente constam abacaxi, castanhas de caju e calçados. As importações em 1999 consistiram principalmente de ácido benzoico, leite em pó, produtos químicos em geral, além de cabos coaxiais e de outros condutores elétricos.

Há algum potencial para a ampliação das exportações brasileiras para aquele mercado, sobretudo de produtos alimentícios. Sob outro ângulo, a Estônia poderia ser utilizada por empresários brasileiros como entreposto para processamento de produtos a serem reexportados para países do Leste Europeu.

No que se refere ao campo dos investimentos, foi feita a proposta, pela parte estoniana, de assina-

ra de um acordo para a eliminação da bitributação de renda entre os dois países.

#### COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-ESTÔNIA (em US\$ milhões FOB)

Ano	1996	1997	1998	1999	2000
Exportações	0,23	5,29	1,91	2,62	2,81
Importações	4,53	1,98	3,45	0,64	6,91
Saldo	-4,30	-3,31	-1,54	-1,98	-4,10

Fonte: MDIC

Até março de 2001, as exportações brasileiras para a Estônia sofreram uma queda de mais de 60% em relação ao mesmo período de 2000, enquanto as importações cresceram 22%.

#### Dados Básicos

Nome do país: República da Estônia

Capital: Tallinn (421 mil habitantes)

Independência: 6 de setembro de 1991

Constituição: adotada em 28 de junho de 1992

#### Poder Executivo:

Chefe de Estado: Lennart Meri (desde outubro de 1991, reeleito em 1996)

Chefe de Governo: Mart Laar (União Pró-Pátria; desde 1999)

Ministro dos Negócios Estrangeiros: Toomas Hendrik Ilves (Moderados)

Poder Legislativo: Parlamento unicameral ou Riigikogu (101 assentos, membros eleitos pelo voto popular para um período de quatro anos). Mapa da representação partidária no Riigikogu: resultado das eleições legislativas de 1999:

Partidos	Percentual De Votos	Número De Cadeiras
Partido do Centro	23,41	28
União Pro-Pátria	16,09	18
Partido da Reforma	15,92	18
Moderados	15,21	17
Partidos da Coalização	7,58	7
Partido Rural do Povo	7,27	7
Partido do Povo Unido	6,13	6
Total	100,0	101

Fronteiras: Letônia (339km) e Rússia (294km)

Área: 45.125 km<sup>2</sup>

População: 1,46 milhão de habitantes (1999)

Composição Étnica: estonianos (62%), russos (30%), ucranianos (3%), bielorrussos (1,8%), finlandeses (1,1%), outros (2,1%).

Religiões: luteranos, batistas, metodistas, adventistas, católicos

PIB: US\$ 5,3 bilhões (1999)

PIB per capita: US\$ 3590

Crescimento do PIB: - 0,5% (1999); 4% (1998)

Moeda: Kroon estoniano

Taxa de Câmbio: 1 US\$ = 14,71 EEK (1999); 1 US\$ = 14,00 EEK (1998)

Inflação: 3,7% (1999); 8,2% (1998)

Déficit em Conta Corrente: - 5,3% (1999); - 9,2% (1998)

Desemprego: 11,9% (1999); 10,1% (1998)

Reservas Externas: US\$ 796 milhões (1999); US\$ 813 milhões (1998)

Dívida Externa: US\$ 752 milhões (1999)

#### Aspectos Históricos

A Estônia foi muitas vezes invadida e ocupada por países vizinhos. No final do século XIII, esteve sob o domínio dos Cavaleiros da Ordem Teutônica. Em 1558, a invasão pelo Tsar Ivan IV o Terrible estabilizou a região e a Estônia viu-se anexada pela Suécia. Em 1721, derrotados os suecos pelo Tsar Pedro o Grande, a Estônia tomou-se parte do Império Russo pelo Tratado de Nystad. Em seguida à Revolução Russa de 1917, gozou de efetiva autonomia por três anos, passando a ser inteiramente independente em 1920, pelo Tratado de Tartu assinado com a Rússia pós-revolucionária. Em junho de 1940, foi anexada à União Soviética. Em 6 de agosto do mesmo ano, veio a constituir-se em uma das repúblicas da URSS. De julho de 1941 a agosto de 1944, foi ocupada pelas forças alemãs inicialmente em demanda de Moscou, tendo a URSS em seguida entrado em guerra com a Alemanha.

Com o fim da II Guerra Mundial, reintegrando novamente a URSS, submeteu-se à política de "russificação" (transferência maciça de famílias russas para o país). Em 1940, 90% de sua população era etnicamente estoniana; em 1989, esse percentual caiu para 61,5%.

A partir de 1985, com o clima de abertura promovido pelo Presidente soviético Mikhail Gorbachev, as aspirações nacionalistas afloraram nos países bálticos. Em Estônia, Letônia e Lituânia, a oposição organizou frentes populares que lutaram pela independência das três repúblicas. Sob pressão do movimento separatista, em novembro de 1988, o Soviete Supremo (Parlamento) da Estônia declarou a soberania da República, o que lhe permitiu não mais acatar as decisões da URSS. A partir daí, ampliou-se a autono-

mia. Em seguida às eleições de março de 1990, a Frente Popular Estoniana e outros grupos nacionalistas assumiram o governo.

Em maio de 1990, o Parlamento restaurou os artigos da Constituição de 1938 que definiam a Estônia como Estado independente, em março de 1991, um plebiscito aprovou a independência por 78% dos votos. O último laço com a URSS foi rompido no fracassado golpe militar promovido contra Gorbachev, em agosto de 1991, quando tropas soviéticas entraram em Tallinn e ocuparam as instalações de TV. O Parlamento proclamou, em 20 de agosto do mesmo ano, a independência completa da Estônia, reconhecida em 6 de setembro pela já Rússia.

#### Política Interna

A Estônia promulgou, em 28 de junho de 1992, uma nova Constituição aprovada por referendo popular. Consagrou-se o regime político de república parlamentar. O poder executivo é exercido por um Conselho de Ministros composto por deputados de partidos, coligações ou da aliança majoritária. O Presidente, eleito pelo Parlamento por voto secreto para um mandato de 4 anos, é o Chefe de Estado. Cabe-lhe indicar o Primeiro-Ministro. O Legislativo é unicameral com 101 assentos. Os deputados são eleitos pelo sistema proporcional.

Nas primeiras eleições legislativas, de setembro de 1992, saiu vencedora uma aliança capitaneada pela coligação nacionalista, de centro-direita - "Isamaa". A nova legislatura elegeu Lennart Meri como Presidente, reeleito em 1996.

O historiador Mart Laar foi chefe do primeiro Governo estoniano, e criou no país a mais aberta economia de mercado dentre as nações da antiga União Soviética, redirecionando o comércio para a Finlândia e outros países ocidentais. O governo Laar perdeu apoio popular em função de dificuldades econômicas e na esteira de problemas de credibilidade associados a divisões internas e a escândalos políticos.

Em março de 1995, novas eleições parlamentares foram ganhas por uma aliança de orientação de centro-esquerda. Formou-se um Governo chefiado pelo Primeiro-Ministro Tiit Vahi, que aprofundou as políticas reformistas de seu antecessor. Vahi renunciou em fevereiro de 1997 sob acusação de corrupção, sendo substituído por Mart Siimann, que conduziu o Governo até as eleições legislativas de março de 1999.

Nova legislação eleitoral aprovada pelo Parlamento em 1998 impede alianças eleitorais entre partidos e estabelece critérios obrigatórios de número mínimo de mil membros e de 5% de representação parla-

mentar para os partidos que apresentam candidatos às eleições legislativas, abrindo um processo, ainda não encerrado, de fusões interpartidárias, em ambiente político no qual, tradicionalmente, as personalidades são mais influentes que os partidos. Assim, as eleições legislativas de março de 1999 foram disputadas por bem menos partidos políticos que as anteriores.

As eleições municipais de outubro de 1999 confirmaram a tendência expressa nas urnas em março. Mart Laar volta à condição de Primeiro-Ministro, a frente de uma coalizão majoritária de centro-direita, composta pelos partidos União Pró-Pátria, Partido da Reforma e Moderados, que totaliza 53 assentos no Riigikogu. No entanto, o opositor Partido do Centro (centro-esquerda) aumentou sua representação, fortalecendo as chances do líder Edgar Savisaar nas eleições presidenciais de 2001. A cena política deve ser tomada pela discussão de emenda constitucional que estabelece eleições diretas para presidente da república já para o próximo pleito de 2001, sustentada pelo Partido do Centro, a qual tem grandes chances de aprovação.

Embora a Estônia seja um país democrático, multipartidário e que observa os direitos humanos, adotou, em 1992, a Lei da Cidadania, que reconhece como cidadãos apenas aqueles nascidos em 1940 e seus descendentes e exclui as minorias russas e de outras etnias do direito de voto. Entretanto, a lei de Cidadania tem sido periodicamente emendada em favor da minoria russa, freqüentemente em face das pressões internacionais, principalmente da UE. Em 1999, a cidadania foi estendida a crianças de qualquer origem nascidas no país depois de 1992; em contrapartida, foi aprovada a lei aumentando as exigências de comprovação de conhecimento da língua estoniana para o funcionalismo público, impondo teste de proficiência linguística aos parlamentares e representantes locais.

A política relacionada ao problema étnico tem afetado expressivamente os dados populacionais do País. A população da Estônia foi estimada em 1,4 milhão no começo de 1998, uma queda de 7,2% desde 1991. Durante os anos 80, ao contrário, a população crescia a uma média de 0,8% ao ano. A deterioração do padrão de vida desde o colapso do comunismo, combinada com a emigração de russos e membros de outras minorias, tem levado a que a taxa de mortalidade supere a taxa de natalidade.

#### Política Externa

A primeira prioridade da política externa da Estônia é a admissão na OTAN e na União Européia. Com relação à Aliança, a Estônia participou da iniciativa "Parceria Para a Paz", mas não foi convidada a tornar-se

membro pleno da Organização, possibilidade que permanece bastante remota. A OTAN não pretende expandir-se a leste até o Báltico com receio de fortalecer a posição do grupo nacionalista-comunista na Rússia. A Estônia, por outro lado, não tem priorizado o setor da defesa no orçamento nacional, ainda que os orçamentos para os próximos anos devam elevar os gastos militares ao mínimo de 2% exigido pelos padrões da OTAN. Conjuntamente com Letônia e Lituânia, a Estônia subscreveu, em janeiro de 1998, o Protocolo "Estados Unidos – Países Bálticos", que oferece cooperação, mas não configura garantia de segurança.

Em 1995, a Estônia assinou o Acordo de Associação com a UE. Em julho de 1997, foi o primeiro país da antiga URSS a ser selecionado pela Comissão Européia para iniciar negociações com vistas à adesão, em virtude dos resultados alcançados nos campos político e econômico. A Comissão elogiou o progresso na implantação das estruturas democráticas, no funcionamento da economia de mercado, na liberalização dos preços e do regime de comércio e a existência de um setor financeiro avançado — mesmo apontando a necessidade de mais estrito sistema de supervisão bancária.

Entretanto, muito ainda falta para o cumprimento satisfatório da ampla lista de condições para adesão da União Européia. Os relatórios da Comissão Européia sobre o país descrevem seu progresso no sentido da obtenção do *acquis communautaire* como "considerável". Entretanto, o Ministro das Relações Exteriores, em discurso ao Riigikogu em janeiro de 2000, considerou que a Estônia é o país que menos tem apresentado avanços na adequação aos "critérios de convergência" da UE, em relação aos demais candidatos em negociação até dezembro de 1999. No campo político, o aperfeiçoamento do Judiciário, a introdução de medidas anticorrupção e a reforma de estruturas do Estado, bem como a resolução do problema da naturalização da minoria russa têm sido destacados pela Comissão Européia. O atendimento de padrões de proteção ambiental é citado como um dos maiores desafios para o país, cujo parque industrial era, até pouco tempo, baseado no modelo soviético, energeticamente ineficiente e muito poluente.

Ao contrário do almejado pelo governo estoniano, a Conferência Intergovernamental de dezembro de 1999 do Conselho Europeu, em Helsinque, não decidiu pela fixação de prazos nas negociações visando à inclusão dos países já selecionados para o alargamento da Comunidade, optando, ao contrário, por reafirmar os "critérios de convergência" da UE, além de eliminar os dois níveis diferenciados de negociação entre os hoje 13 países aspirantes (slow

track e fast track, do qual fazia parte a Estônia). Permanece remota, assim, a possibilidade de que o país venha a ser incluído no processo de alargamento da União Europeia antes de 2004.

Em intervenção durante aquela Conferência, o presidente Lennart Meri fez veemente apelo no sentido de que a UE adotasse tratamento especial com relação ao ingresso de países que integram a área de influência da ex-URSS. Insistiu no caráter sistêmico do auxílio que Bruxelas deverá prestar aos países do Leste Europeu para facilitar sua plena inclusão no sistema comunitário.

A Estônia não aderiu à Comunidade de Estados Independentes – CEI – uma vez extinta a União Soviética. As relações com a Federação da Rússia, depois da independência, mantêm-se tensas, ainda que tenham avançado substancialmente em várias esferas a partir da formação de comissão intergovernamental bilateral. Moscou opõe-se às provisões da Lei da Cidadania, que denuncia como discriminatória contra a minoria russa. Até bem pouco tempo, recusava-se a assinar o acordo de fronteiras, tendo em vista que o Parlamento da Estônia tencionava fazer referência pública, no ato de ratificação, ao Tratado de Tartu de 1920, que definiu como estoniano o território dos descritos como russos pelo novo acordo. Hoje, as questões técnicas referentes ao acordo de fronteira estão já esclarecidas. O acordo limítrofe foi rubricado em Petersburgo em março de 1999, mas em contra-se ainda por ser definitivamente firmado.

#### Economia

Desde os anos 80, a estrutura do PIB estoniano vem sofrendo modificações marcantes, registrando aumento da participação do antes negligenciado setor de serviços, em especial do comércio de atacado e dos serviços financeiros, em sua formação. Em 1998, os serviços já responderam por cerca de 69% do PIB. A participação do setor agrícola, florestal e de pesca declinou de 20% em 1989 para 6,3% naquele ano.

A partir de 1992, a Estônia adotou programa de estabilização e reestruturação econômica, modelado no sistema de “currency board”, obtendo bons resultados no processo de transformação de sua economia, durante cinquenta anos centralmente planejada e altamente dependente da antiga União Soviética, numa economia de mercado. O sistema foi implantado em 1992, logo após a independência do país, e envolveu a criação de âncora fixa cambial e rígida vinculação da oferta monetária à existência de reservas.

A Estônia desenvolveu amplo programa de abertura comercial, com êxito significativo. Foram também adotadas medidas para aprimorar a legisla-

ção, bem como os serviços bancários, portuários e alfandegários. A determinação governamental de controle de despesas acarretou expressivo aumento da participação do consumo privado na composição dos gastos do PIB, que passou de 51% em 1992 para 60% em 1998.

Em 1997, o PIB cresceu 10,6%. A rápida expansão, combinada com o déficit externo, trouxe o temor do superaquecimento da economia. As medidas impostas pelo Banco Central no sentido de reduzir a demanda foram bem-sucedidas, mas colhidas em meio à crise russa de agosto de 1998. A recessão que se seguiu afetou a economia estoniana bem mais que o esperado (crescimento de – 0,5% em 1999), embora já se observe uma retomada da expansão.

A inflação anual caiu de 1.076% em 1992 — quando da substituição do rublo soviético pela nova moeda, o kroon —, para 12,5% em 1997. O kroon foi fixado em âncora cambial com o marco alemão. Com o lançamento do euro, em 1º de janeiro de 1999, o kroon passa a ser ancorado à moeda europeia. Fixar o kroon em uma época em que a inflação doméstica era muito mais alta que aquela dos parceiros econômicos da UE resultou em considerável sobrevalorização da moeda desde seu lançamento em 1992. A apreciação do kroon tem, sem dúvida, prejudicado o crescimento das exportações estonianas e contribuído para o aumento do déficit externo.

Com uma pequena economia aberta repousando sobre estreita base de exportações, a Estônia é vulnerável a choques externos à sua competitividade, para os quais um ajuste na taxa de câmbio seria normalmente o mais rápido e menos doloroso remédio. No sistema estoniano de “currency board”, no entanto, qualquer desvalorização da moeda requer consentimento do parlamento. A estabilidade monetária tem sido considerada porto das forças políticas locais como essencial à estabilidade macroeconômica requerida para o acesso à UE. Assim, os sucessivos governos do País têm repetidamente se recusado a desvalorizar o kroon ou a alterar o sistema de “currency board”.

O sistema de “currency board” adotado pela Estônia enfrentou seu maior teste durante os ataques especulativos ao kroon, em 1997, com a crise da Ásia, e em 1998, com a crise russa. As medidas impostas pelo Banco Central a partir de outubro de 1997 para desaquecer a demanda, primeiramente pelo aumento das exigências de recolhimentos para os bancos comerciais — o que resultou em mais altas taxas de juros —, tiveram o efeito desejado, resguardando o kroon

contra as pressões de desvalorização e reforçando a confiança do mercado na estabilidade da moeda.

A abertura comercial e a taxa de câmbio apreciada resultaram em déficit externo crescente desde a independência. O déficit crescente levou à progressiva deterioração nas contas correntes, que passaram de situação superavitária em 1993 para déficit equivalente a 12% do PIB em 1997. Em 1998, medidas impostas pelo Banco Central tiveram sucesso em desaquecer a demanda de consumo doméstico, reduzindo o déficit da balança comercial, mesmo com o impacto da crise russa. Em 1998, o déficit em contas correntes caiu para 9,2% do PIB, sendo seguido por taxa ainda menor em 1999, de 5,3%.

Embora tenha sido a última a estabelecer-se nos países bálticos, a Bolsa de Valores de Tallinn (TSE – Tallinn Stock Exchange) é a que tem obtido maior captação de recursos externos. Em 23 de outubro de 1997 – a “quinta-feira negra” da crise asiática –, o índice da TSE caiu 15,3%. Pelo final do ano, as ações já haviam perdido cerca de 40% de seu valor. A perda chegou a 66%. O mercado reviveu em 1999, com a privatização da Estonian Telecom, que elevou a capitalização da TSE em 50%. A Bolsa de Tallinn carregou consigo as da Lituânia e da Letônia em sua quebra. A crise de outubro de 1997, seguida por outra em maio de 1998, levantou questionamentos sobre a saúde financeira dos bancos estonianos.

A rápida estabilização, liberalização e desregulamentação da economia produziu um ambiente positivo para o investimento externo, reforçado pelas perspectivas do país de entrada na UE. As empresas estrangeiras recebem o mesmo tratamento das empresas locais na Estônia.

A Estônia tem sido encara da pelo capital estrangeiro como uma atraente base para a manufatura orientada para a exportação. Sua economia aberta e a potencialidade de inclusão na UE, apoiada logisticamente em boa estrutura de transportes com ramificações para todo o Báltico e norte da Europa, região na qual ocupa uma localização central, fazem do País um local interessante para a produção e a distribuição, com acesso facilitado a todos os mercados principais da região. Em 1997, as companhias com capital externo eram responsáveis por mais da metade do montante das exportações do país.

Os capitais da Finlândia, da Suécia e da Holanda têm sido os dominantes dentre os investidores externos, formando “holdings” nos setores de transportes, comunicações, comércio e indústria.

O programa de privatizações foi praticamente completado em 1996. Atribui-se à rapidez e determinação desse programa o fato de, no ano-base de 1997, o setor privado ter sido responsável pela geração de cerca de 70% do PIB do país, no que constitui uma das proporções mais altas do Leste europeu. A privatização das grandes empresas de infra-estrutura está em curso e o término do processo deve ocorrer proximamente, com a venda da “Estonian Railways” (Eesti Rauadtee), e do restante do setor de energia elétrica, já quase que totalmente privatizado. A privatização das terras, contudo, tem sido lenta e até o final de 1997 somente 14% do seu total havia sido concretizada.

A principal atividade do setor primário é a pecuária, e as culturas mais importantes são cereais, batatas e verduras. Antes da ocupação soviética, a agricultura estoniana era caracterizada por pequenas propriedades, cujo número chegava a 140 mil. A coletivização dividiu a terra em 360 grandes complexos. Depois da independência e da privatização do setor, as unidades coletivizadas foram desfeitas. Como resultado da reforma agrária e das restituições de terras, o número de propriedades chegou a cerca de 41 mil em meados de 1999.

Falta, contudo, economia de escala a grande parte das novas propriedades. Os preços dos insumos têm aumentado substancialmente e os sucessivos governos resistem às pressões dos agricultores para a imposição de subsídios e de barreiras à importação. Além disso, ocorreu a partir de 1998 o colapso do mercado russo e a conseqüente diminuição dos preços dos alimentos. A UE inundou o Leste europeu de produtos agrícolas subsidiados, particularmente carne de porco, levando a Letônia e a Lituânia a impor barreiras à importação de produtos agrícolas. A Estônia tem confrontado as medidas protecionistas desses países, às quais tem encara do como ameaças ao tratado de livre comércio do Báltico.

A indústria madeireira e florestal tem-se desenvolvido recentemente, aproveitando o fato de cerca de 40% das terras estonianas serem cobertas por florestas. A já combalida agricultura passará por dificuldades no período 2000-2001, afetada por prolongada seca. Com dois terços de população urbana, a participação do setor agrícola na formação do PIB da Estônia situou-se na ordem de 3%, em 1999, o que aponta para considerável declínio, em comparação com o ano de 1988, que registrou 17%.

Durante o período comunista, o comércio exterior da Estônia era orientado para a ex-URSS, que absorvia cerca de 95% das suas exportações e supria

por volta de 85% de suas importações. Depois da independência, a indústria estoniana conheceu a recessão como resultado da perda de mercados tradicionais e de fornecedores de insumos e energia, com a produção caindo 36% em termos reais em 1992. Dentre os setores mais afetados, encontraram-se a indústria química, cuja produção caiu 34,4%, a têxtil (queda de 46%) e a de processamento de alimentos (21,3%).

A atividade industrial recobrou em 1995, ajudada por uma bem-sucedida reorientação das exportações para o Ocidente e pelo investimento externo, embora a retomada do crescimento não ocorra na mesma medida em todos os setores econômicos. A Finlândia rapidamente substituiu a Rússia na posição de maior parceiro comercial. Dentre os setores que apresentaram recuperação, alinham-se o têxtil e o de madeira e derivados. Também mostram sinais de recuperação a indústria química, de plásticos, vidro, borracha e metálicos.

No início dos anos 90, o nível das exportações e importações estonianas havia sofrido queda de 50%. A recuperação iniciada em 1994, com um crescimento econômico de 3% em 1995, 4,8% em 1996, e de cerca de 12% em 1997, conduziu a que, nos primeiros dez meses de 1997, as exportações para mercados ocidentais já constituíssem 60% do total das exportações estonianas, quando na época pré-independência representavam apenas 5% do total. No final de 1998, a Rússia já estava relegada à posição de terceiro maior mercado para as exportações estonianas, atrás também da Suécia, e de quarto maior fornecedor das importações do país, atrás de Finlândia, Alemanha e Suécia.

Maquinaria e equipamentos foram os principais geradores de receitas de exportação em 1998, com 22,2% do total, seguidos por madeira, papel, celulose e derivados, com 17,1%, roupas, calçados e chaparia (16,4%) e alimentação (13,2%). Maquinaria e equipamentos, e madeira, papel, celulose e derivados são vendidos principalmente para mercados ocidentais — o que contribuiu para que sofressem menos durante a crise da moratória russa, ao contrário do que ocorreu com o setor de alimentação.

As importações são dominadas por maquinaria e equipamentos (29,5%), seguida de químicos (11,6%), alimentação (11,3%), roupas, calçados e chaparia (11%), e veículos de transporte (9,6%). Produtos minerais — incluindo combustíveis —, que já foram a principal importação do país, caíram para o 7º lugar em 1998, ou 5,8%. A maior parte do combustível continua a vir da Rússia — produtos minerais compõem 45% das importações provenientes da Rússia em 1998 — ainda que a Finlândia e a Suécia sejam hoje os principais fornecedores de petróleo do país.

Em 1999, houve um declínio tanto nas exportações (10%) como nas importações (21,5%), em face da queda na demanda russa e à recessão.

Com uma população de apenas 1,4 milhão, falta à Estônia mercado interno capaz de suportar a indústria local, tendo que competir com a indústria escandinava na produção de bens de alto valor agregado. Graças ao regime de abertura comercial, as exportações contribuem com cerca de 60% do PIB, mas o kroon supervalorizado em termos reais, além de 50% em relação ao dólar, minou a competitividade das exportações estonianas, as quais se baseiam em uma pauta estreita. Tais fraquezas se viram expostas pela crise financeira russa de agosto de 1998. Os setores voltados para mercados do Leste europeu, em especial a indústria alimentícia, sofreram mais com a crise. Já outros setores como eletro-eletrônicos e equipamentos de comunicações, que suprem o mercado escandinavo, resistiram melhor.

Mesmo para uma pequena economia, a Estônia estabeleceu um alto grau de abertura econômica. Em 1995, o País assinou, além do acordo de associação com a União Européia, acordo comercial com a EFTA (Associação Européia de Livre Comércio). Com a Lituânia e a Letônia, firmou o BAFTA (Acordo de Livre Comércio do Báltico), em 1994, e a Zona de Livre Comércio Agrícola do Báltico em 1996. Acordos de preferências tarifárias foram assinados também com a Hungria e a Polônia em 1998/9.

A Estônia passou a ser o 135º membro da OMC em 13 de novembro de 1999, firmando todos os acordos multilaterais no âmbito da Organização, sem recorrer a nenhum período de transição. A Estônia participou da Terceira Sessão da Conferência Interministerial da OMC, em Seattle, como o mais novo membro da Organização, com duas semanas de filiação.

A economia estabilizou-se depois de passar por aguda contração no primeiro quartel de 1999, e acha-se em processo de recuperação. O setor de alimentação e bebidas, que sofreu mais com a crise financeira russa, deve recuperar-se com a estabilização da economia daquele país, enquanto os produtores de maquinaria e equipamentos — o mais importante item de exportação estoniano — devem beneficiar-se do crescimento do mercado europeu. Além disso, as taxas de juros têm baixado consideravelmente à medida que os efeitos da crise russa se reduzem, estimulando o investimento. A recuperação tem sido conduzida principalmente pelos setores varejista, de transportes e comunicações e manufatureiro. Prevê-se crescimento próximo a 4% em 2000, e de

5% em 2001. A despeito do progresso obtido em termos de ajuste estrutural e estabilização, a Estônia tem ainda alguns desafios importantes a enfrentar. Em função de seu limitado mercado interno, o país ainda é altamente dependente de exportações para crescer e permanecerá dependente também das importações energéticas.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

## OFÍCIOS

### DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 189/2001, de 24 do corrente, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 224, de 1989-Complementar (nº 246, de 1990-Complementar, na Câmara dos Deputados), de autoria do Senador Carlos Chiarelli, que estabelece condições para a aposentadoria especial dos servidores públicos civis da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal, bem como dos trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e

Nº 190/2001, de 24 do corrente, comunicando o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 78, de 1999 (nº 1.166/99, na Câmara dos Deputados), de autoria da Senadora Luzia Toledo, que dispõe sobre a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para quitação de prestações atrasadas dos financiamentos habitacionais.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Recurso nº 8, de 2001, interposto no prazo regimental, no sentido de que continue a tramitação do Requerimento nº 51, de 2001, do Senador José Eduardo Dutra e da Senadora Heloísa Helena, solicitando que o Ministro da Fazenda determine ao Banco Central do Brasil, o envio ao Senado Federal de toda a movimentação bancária detalhada relativa ao período de janeiro de 1995 a julho de 2000, do Senhor Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-Secretário-Geral da Presidência da República, e das demais pessoas que especifica.

A matéria será incluída em Ordem do Dia, oportunamente.

É o seguinte o recurso recebido:

### RECURSO Nº 8, DE 2001

Nos termos do disposto no § 2º do art. 334, do Regimento Interno, interpomos o presente recurso

afim de que o Requerimento nº 51/2001, continue sua tramitação normal.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2001. – Heloísa Helena – José Eduardo Dutra – Lauro Campos – Emília Fernandes – Roberto Saturnino – Geraldo Cândido – Sebastião Rocha – Antonio Carlos Valadares – Eduardo Suplicy – Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo das seguintes matérias:

– Requerimento nº 73, de 2001, do Senador Romero Jucá, solicitando que o Ministro da Fazenda determine ao Banco Central do Brasil, o envio ao Senado Federal da relação de todos os depósitos, de quaisquer espécies, oriundos dos recursos do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, no período de janeiro de 1995 a julho de 2000, constantes do rastreamento já realizado por aquela Autarquia nas contas do Senhor Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-Secretário-Geral da Presidência da República e das demais pessoas que especifica; e

– Requerimento nº 74, de 2001, do Senador Romero Jucá, solicitando, que o Ministro da Fazenda através da Secretaria da Receita Federal, preste as seguintes informações: se, na auditoria fiscal realizada em relação ao Senhor Eduardo Jorge Caldas Pereira e sua esposa Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira, por solicitação do Ministério Público de Goiás ou na auditoria realizada a pedido do Ministério Público no Distrito Federal, em 2000, foi encontrada qualquer evidência de sonegação fiscal, enriquecimento ilícito ou existência de patrimônio incompatível com os rendimentos declarados pelas referidas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A Presidência recebeu, do Tribunal de Contas da União, os seguintes Avisos:

– nº 79, de 2001 (nº 1.808/2001, na origem), de 2 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 246, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Escritório de Representação do Ministério da Saúde no Estado do Rio de Janeiro (RJ) e em clínicas geriátricas contratadas pelo Sistema Único de Saúde – SUS, no ano de 2000 (TC – nº 006.852/2000-8);

– nº 80, de 2001 (nº 1.836/2001, na origem), de 2 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 245, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respec-



tivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada no Projeto de Irrigação Luís Alves, localizado no Distrito de Luís Alves, Município de São Miguel do Araguaia-GO – implementado pelo Governo de Goiás (TC – nº 010.948/2000-7);

– nº 81, de 2001 (nº 1.864/2001, na origem), de 2 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 243, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria de natureza operacional realizada no Programa Água Boa, do Governo Federal, especificamente o Programa de Implantação de Equipamentos de Dessalinização de Água em Poços Tubulares na Região Nordeste do Brasil, conduzido pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (TC – nº 014.990/2000-9);

– nº 82, de 2001 (nº 1.981/2001, na origem), de 9 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão nº 100, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria solicitada pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional a ser realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, na execução de subprojeto destinado ao pagamento de indenizações relativas à desapropriação de imóveis (TC – nº 013.699/97-0);

– nº 83, de 2001 (nº 2.009/2001, na origem), de 9 do corrente, encaminhando cópia da Decisão nº 271, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria operacional realizada na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, na área de franquias de agências e serviços (TC – nº 013.889/94-0); e

– nº 84, de 2001 (nº 1.921/2001, na origem), de 8 do corrente, encaminhando cópia do Acórdão nº 289, de 2001-TCU (1ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizado no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, no período de 26.6 a 14.7.2000, com o objetivo de fiscalizar obras de duplicação de trechos rodoviários no Corredor Transmetropolitano da BR-116/SP – São Paulo-Divisa SP/PR (TC – nº 009.002/2000-6).

Os Avisos vão à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A Presidência recebeu, do Supremo Tribunal Federal, o Ofício nº S/17, de 2001 (nº 42/2001, na origem), de 23 do corrente, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da Lei nº 10.991, de 13 de junho de 1991, do Município

de São Paulo, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro traquiográfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 193749, que declarou a inconstitucionalidade do art. 1º da referida lei municipal (licença para instalação de novas farmácias ou drogarias).

O expediente vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – A Presidência recebeu do Banco do Brasil o Ofício nº 307, de 2001, na origem, de 22 do corrente, encaminhando esclarecimentos sobre as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional do Centro Oeste – FCO, em atendimento à solicitação constante do Parecer nº 252, de 2001, da Comissão de Fiscalização e Controle, referente ao Diversos nº 56, de 1997.

O expediente, anexado ao processado do referido Diversos, vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior, pelo prazo de 20 minutos.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho evitado trazer a este plenário assuntos ocorridos no âmbito das divisas do meu Estado, porque, para mim, é extremamente penoso vê-lo exposto à execração e às notas depreciativas da mídia do Sul. Sim, por que sem pre que o Acre ganha espaços nas páginas dos grandes jornais brasileiros, é devido a circunstâncias negativas ou, no mínimo, grotescas – como violências policiais, crimes ambientais e perseguições de origens e conotações políticas.

Esse escrúpulo sofreu-me, até mesmo, a justa revolta de pai e cidadão, quando os insultos e as agressões de que tenho sido vítima extrapolaram e atingiram pessoas da minha família, na vã tentativa de arrastá-las à lama das injúrias, apenas pelo fato de serem a mim ligadas. Pelo mesmo motivo, deixei de denunciar as baixarias que chegam ao cúmulo da distribuição de panfletos com meu retrato e legendas infamantemente mentirosas, como as que me tacham de "inimigos das estradas" do Estado.

Tais aleivosias não têm força para atingir a mim e às pessoas que me são caras, dentro do meu universo familiar; por isso, têm sido ignoradas. Mas, quando descem ao ponto de desrespeitar os pilares históricos do Estado do Acre, chegam a um limite que não pode ser ignorado.

Foi o que aconteceu, na última sexta-feira, quando o jornal Página 20, assumidamente ligado ao Governo do Acre, abriu editorial com maldosas e covardes acusações contra uma das mais ilustres pessoas que já passaram pela vida pública brasileira, homem que engrandeceu aquele Estado e o Senado da República, com sua dimensão de estadista, patriota, cidadão e soldado digno das melhores tradições do Duque de Caxias: o saudoso ex-Senador Oscar Passos.

O revoltante pretexto encontrado por aqueles editorialistas, para insultar a memória de Oscar Passos, é a tentativa de desqualificar um projeto de minha autoria, ora em tramitação nesta Casa, que dá ao novo aeroporto de Rio Branco o nome do grande democrata.

Peço a atenção de V. Ex<sup>as</sup> para um detalhe que, a meu ver, é essencial. Existem dois projetos semelhantes relativos ao novo Aeroporto Internacional de Rio Branco: esse, de minha autoria que propõe o nome do Senador Oscar Passos, e outro, apresentado pela nobre Senadora Marina Silva que pretende prestar a mesma homenagem ao também saudoso Chico Mendes.

Sr. Presidente, com absoluta sinceridade e a transparente franqueza que V. Ex<sup>as</sup> conhecem, quero fazer uma afirmação à Casa. Estou convencido de que a nobre Senadora Marina Silva não tem qualquer ligação com a baixaria contra a memória do saudoso Senador Oscar Passos. Esse tipo de coisa é a antítese da conduta da honrada e combativa colega.

E eu e a Senadora Marina Silva somos adversários francos, leais e firmes, mas admiro sua dignidade pessoal e seu modo político de agir – e posso afirmar que S. Ex<sup>a</sup> é incapaz de difamar pessoas, principalmente as que não podem se defender, pois já deixaram este mundo. Da mesma forma, com sua capacidade dialética e sua compreensão histórica, a Senadora Marina Silva jamais agrediria o homem que lutou contra a ditadura e, como primeiro presidente nacional do MDB, organizou a reação da sociedade civil ao regime arbitrário implantado em 1964.

Sim, porque insultar a memória do ex-Senador Oscar Passos é atentar contra a própria História do Brasil que nele teve um dos mais brilhantes e persistentes bastiões da democracia.

Para tentar me atingir, através da desmoralização do meu projeto, o indigitado editorial me acusa de "empunhar um estandarte empoeirado, que a história se encarregou de sepultar da memória do povo acreano. Oscar Passos – o tal general de ferro, que tomou

de assalto a política acreana – não tem passado de dignidade da envergadura de nossos heróis".

E desceu, ainda mais, o tom e o nível das injúrias à memória do grande combatente da democracia brasileira.

Perdoem-me V. Ex<sup>as</sup>, mas, por mais indignados que estejamos, sou forçado a ler, ao menos, as maldosas palavras finais do editorial citado, cuja estrutura se concentra numa pretensa atividade de Oscar Passos contra a elevação do então Território Federal do Acre à condição de Estado da Federação.

Diz o texto: "a história nos poupa desse desagradável intruso, que não merece ter seu nome sequer numa praça pública, quanto mais numa obra como o novo aeroporto internacional. É indigno para o bravo povo acreano, e não podemos embotar às novas gerações essa traição".

Os fatos que hoje registro são históricos e comprovados, já cobertos com a pátina do reconhecimento unânime da cidadania. Remontam ao distante ano de 1941, quando Oscar Passos, deixando os confortos e os privilégios das praias do Atlântico e da rica economia do centro-sul, assumiu o cargo de Governador do Território do Acre e, a partir daí, tornou-se um dos grandes líderes locais e regionais.

Compreendendo a real natureza dos problemas amazônicos, centrou esforços no desenvolvimento da heveicultura – até que, coerente com seu talento de estrategista, sentiu a necessidade de oferecer um suporte institucional à economia gomífera, o que o levou a organizar o Banco de Crédito da Borracha, hoje Banco da Amazônia S.A.

É esse homem que agora os desavisados chamam de intruso no Acre e na Amazônia.

A presença de Oscar Passos na história do Brasil não se deu apenas nas tribunas e nos gabinetes nem se limitou ao território nacional. Chegou ao próprio campo de guerra, foi vitorioso nas principais batalhas travadas pela Força Expedicionária Brasileira na II Guerra Mundial. Quando nossos pracinhas tomaram a fortaleza nazista de Monte Castelo, acompanhava-os o Capitão Passos, fato que se repetiu em outras páginas gloriosas escritas pela FEB. É esse homem que recebe agora, depois de morto, o título pejorativo de "general de pijama".

Como vimos, antes de empenhar-se no front italiano, dominado pela Alemanha de Hitler, Oscar Passos dedicava-se à causa da produção de borracha vegetal, base da riqueza econômica da Amazônia e da ocupação de mais de metade do território nacional por brasileiros. Na realidade, foi de Oscar Passos o

primeiro passo efetivamente dado pelo Brasil para não deixar abandonado aquele imenso pedaço de seu território. É esse homem que recebe agora o vergonhoso epíteto de indigno.

Por sua argúcia de patriota, Oscar Passos sentiu que o Território Federal do Acre precisava de recursos, infraestrutura e canais de riqueza para se assumir plenamente como Estado autônomo.

E o disse, na época, com coragem e sinceridade. Mas, em 15 de junho de 1962, estava ao lado do Presidente João Goulart, do Primeiro-Ministro Tancredo Neves e de seu rival, José Guimard dos Santos, quando foi sancionada a Lei 4.070, que elevou o então Território Federal do Acre à condição de Estado do Acre. Essa conquista só se materializou porque ambos, os então Deputados Federais José Guimard e Oscar Passos, uniram-se em torno do Projeto que, naquela dia, foi sancionado pelo governo parlamentarista. Não tivesse havido o acordo, a união dos dois principais líderes políticos do Acre na época, e a aprovação do Projeto teria sido muito difícil.

É esse homem, Oscar Passos, que está sendo acusado de "traição" ao Acre!

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Sr<sup>s</sup> Senadores:

Tenho aqui, sobre a bancada da tribuna do Senado Federal, discursos e citações de historiadores, cientistas sociais e líderes político-partidários, todos enaltecendo a figura histórica de Oscar Passos, principalmente sua participação decisiva nos primeiros movimentos de resistência à ditadura implantada em 1º de abril de 1964. Muitos desses depoimentos já fazem parte dos Anais do Congresso Nacional; os demais se encontram à disposição de todos os interessados, no acervo da Biblioteca desta Casa.

Ao deixar de lê-los, portanto, não abro mão de resgatar integralmente a imagem do Senador Passos, porque ela já é conhecida e respeitada por todos os verdadeiros democratas.

Ao concluir, Sr. Presidente, rogo que me permita falar diretamente a V. Ex.<sup>a</sup>, guardião da memória dos grandes brasileiros que integraram esta Casa. Nenhum deles foi maior que Oscar Passos; outros, de certo, atingiram seu nível de serenidade e patriotismo; outros, sem dúvida, podem tê-lo igualado em obstinação democrática, oferecendo as próprias vidas e a própria liberdade empenhados na luta sagrada e permanente.

Mas ninguém superou o sempre lembrado Senador do Estado do Acre, Oscar Passos. Ele foi, de fato, líder da resistência civil, fundador e primeiro presidente do glorioso Movimento Democrático Brasilei-

ro, apóstolo da liberdade e da soberania do Poder Legislativo, pioneiro no despertar da consciência nacional em torno da Amazônia, precursor dos programas de efetiva integração nacional, e fundador do banco que impulsionou a economia da borracha no alvorecer dos anos 40, o atual BASA.

Por tudo isso – e poderia citar muitos outros fatos do mesmo nível grandioso – esta Casa não admite insultos e calúnias contra um homem que lhe dignificou a tribuna e honrou as Bancadas e as comissões que integrou.

E estou certo de que V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, usará sua autoridade moral, política e institucional, unindo-se a nós no cumprimento da imposter gálgua tarefa de desagrar a memória do ex-Senador Oscar Passos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Eduardo Siqueira Campos, Mauro Miranda e Ademir Andrade, enviaram discursos à Mesa para se republicados, nos termos do art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, comemorou-se no último domingo, dia 20 de maio, o 12º aniversário de Palmas, Capital do Estado do Tocantins.

A propósito, Sr. Presidente, recordo-me das providências preliminares que deram origem ao projeto de construção dessa cidade, e do lançamento de sua pedra fundamental, nos idos de 20 de maio de 1989.

Tive a súbita honra de ser o primeiro Prefeito eleito de Palmas, daí, talvez, tem sua gênese o imenso carinho que nutro pela última capital construída no milênio que passou, e a admiração e o respeito que consagro aos seus habitantes.

Em verdade, a todos surpreende o crescimento da Capital do Estado do Tocantins. Seu desenvolvimento socioeconômico espanta até os mais otimistas, e muitos até duvidam que Palmas tenha só 12 anos de existência.

O fato, Sr. Presidente, e que pode ser por todos comprovado, é que numa região onde, há apenas 12 anos, não existia nada construído pelo homem, hoje pulsa uma urbe que configura a cidade que mais cresce em todo o País.

Efetivamente, com um crescimento anual a 25%, Palmas proporciona excelente qualidade de vida à sua população, com mais de 4 milhões de me-

tros quadrados de pavimentação asfáltica, dispondo de ampla rede de águas pluviais, assim como de esgotos.

Com população que já superou os 137 mil habitantes – configurando o maior centro de consumo de todo o Estado do Tocantins – fator que impressiona, em Palmas, é a dinamização das atividades econômicas lá instaladas.

De fato, em conformidade com o "Censo Empresarial 2000", efetivado pelo Sebrae do Tocantins, a cidade já dispõe de mais de quatro mil empresas industriais, comerciais e de serviços. São empresários locais e de outras unidades federadas, atraídos não apenas pelos incentivos que lhes são oferecidos, como também pelas enormes potencialidades econômicas existentes em Palmas.

Além de tudo isso, nossa Capital tem administradores que se preocupam com a preservação do meio-ambiente. Assim, a tônica dominante é a conservação da vegetação nativa, dos cursos d'água e do solo, com o plantio de milhares de novas mudas, que vem proporcionando o verde indispensável às concentrações urbanas.

Sem embargo de sertão jo vem, Palmas já conta com uma intensa vida cultural, com diversas salas de cinema de excelente qualidade, locais próprios para a apresentação de espetáculos artísticos e o Espaço Cultural que abriga o moderno Teatro Fernanda Montenegro.

Seria tedioso listar, aqui, tudo o que Palmas já oferece à sua população e aos seus visitantes, mas não podemos deixar de mencionar obras de capital importância, que se encontram em andamento, como a ponte que interligará a Capital ao Município de Paraíso, verdadeira peça de arte da arquitetura nacional, o aeroporto internacional, que atenderá 600 mil passageiros por ano e o Projeto Orla, que aproveitará as margens do lago que se formará no contexto do complexo da Usina Hidroelétrica Luís Eduardo Magalhães, que terá extensão de 18 quilômetros, proporcionando à população 6 praias, uma marina e faixas de 300 a 400 metros de área verde.

Visando preservar a memória nacional, Palmas, além de homenagear a maior das atrizes brasileiras, Fernanda Montenegro, também deu o nome a seu moderno estádio de futebol a uma das glórias desse esporte em toda a história brasileira: Nilton Santos, a enciclopédia viva do futebol. E construiu o Memorial Prestes, com o objetivo de manter presente, acima de quaisquer posturas ideológicas, uma das figuras mais relevantes da História recente do País.

Desejamos, por conseguinte, neste breve pronunciamento, prestar nosso tributo, nossa singela homenagem a todos quantos contribuíram para construir e consolidar Palmas, congratulando-nos, especialmente, com sua laboriosa população e com a Prefeita Nilmar Ruiz, que, incansavelmente, vem trabalhando pelo progresso da Capital do Tocantins.

Muito obrigado.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para retomar um assunto que tem motivado constantes manifestações de minha parte e que integra o elenco dos temas prioritários de minha atuação como Senador nesta Casa.

Trata-se da produção agrícola em terras irrigadas, que, a meu ver, é um dos tópicos mais importantes de qualquer discussão sobre o desenvolvimento da agricultura em nosso País. Assim, por entender que o assunto é prioritário para a agricultura, sempre procurei abrir caminhos institucionais visando a facilitar o financiamento de sua expansão em nível nacional.

Foi com esse propósito que, em 1988, aproveitando os espaços dos debates durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, consegui inserir, nas Disposições Constitucionais Transitórias de nossa Carta Magna, dispositivo obrigando, pelo período de 15 anos, a aplicação nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste de 20% a 50% de todos os recursos inscritos no Orçamento da União para o item irrigação.

Depois dessa conquista, que considero das mais importantes, resolvi apresentar nesta Casa Emenda Constitucional para consolidar a conquista inicial, mesmo sabendo que ainda faltavam três anos para terminar a vigência do dispositivo.

A nova proposta, a Emenda à Constituição nº 66, de 1999, aliás, já aprovada aqui no Senado, altera o artigo 42 do Ato das Disposições Transitórias, prorrogando, por 10 anos, a aplicação, por parte da União, de percentuais mínimos, do total dos recursos destinados à irrigação, nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como já se pode perceber, o motivo maior que me traz hoje a esta tribuna é justamente o de pedir pressa para que seja agilizada a tramitação e a votação final desta matéria. Neste momento, ela cumpre, de maneira vagarosa, etapas formais nas instâncias competentes da Câmara dos Deputados.

Diante da relevância que o assunto representa para as Regiões Centro-Oeste e Nordeste, sinto-me

completamente à vontade para solicitar aos ilustres colegas Senadores, independentemente de filiação partidária ou de preferência ideológica, um esforço conjunto visando à aprovação rápida e definitiva dessa proposta. Para reforçar este apelo, vale salientar que a proposta tem, como único objetivo, o benefício de milhares de trabalhadores e produtores agrícolas que vivem nas áreas mais penalizadas do nosso País.

Em termos de tramitação, a referida matéria, que tem a honra de defender, foi remetida pela Subsecretaria de Expediente desta Casa para a Câmara dos Deputados, em 6-6-2000. Lá, identifica-se como Proposta de Emenda Constitucional nº 254/2000. Hoje, ela está na dependência do parecer de uma Comissão Especial, criada nos termos do artigo 202, do Regimento Interno daquela Casa, e que deverá ser composta de 32 parlamentares. Vale ressaltar que, até o último dia 04 do corrente, a referida Comissão ainda aguardava a indicação dos membros para instalação.

Eminentes Senadoras e Senadores, como já fiz referência, o pedido de apoio para tão importante proposição encontra respaldo no desejo que é comum a todos os membros deste plenário. Mesmo os representantes dos Estados mais desenvolvidos têm demonstrado, de maneira categórica, em declarações e em pronunciamentos nesta Casa e na mídia, que o Brasil não pode mais conviver com as gritantes desigualdades regionais de desenvolvimento que continuam a existir.

Em minha opinião, o futuro e o bem-estar das populações que vivem da agricultura em áreas consideradas carentes ou com grandes potenciais de produção e de rentabilidade dependem estreitamente de investimentos produtivos em projetos que podem tornar-se altamente eficientes se as condições de infraestrutura estiverem reunidas para esse fim.

Nesses casos, a presença de recursos, de outros incentivos e de assistência técnica significará menos miséria, menores dificuldades, menos atraso e maiores ganhos para o País como um todo.

Foi exatamente essa a política desenvolvida na região de Petrolina e Juazeiro, em Pernambuco e na Bahia, nos últimos 20 anos. Inegavelmente, os benefícios não tardaram. Em poucos anos, as novas práticas agrícolas transformaram completamente a região, que passou a ser chamada de Califórnia brasileira. Naqueles Municípios, pratica-se hoje uma agricultura irrigada em escala, moderna, com elevados índices de produtividade, com qualidade excelente dos

produtos produzidos, significativo retorno dos investimentos e lucros sempre crescentes. Todavia, convém lembrar que, há 25 anos, lá não existia praticamente nada do que estamos falando. O que víamos eram apenas áreas duramente castigadas pelas secas e uma população vivendo na mais completa miséria. Os que lá moravam praticavam uma agricultura rudimentar e insuficiente até para o próprio sustento.

Por outro lado, em Goiás, alguns projetos de irrigação que estão em andamento merecem igual destaque. Brevemente, eles serão fundamentais para dinamizar práticas agrícolas importantes e contribuirão para o desenvolvimento do Estado, como acontece com Petrolina e Juazeiro na zona nordestina. Em particular, podemos citar o grande Projeto Luiz Alves, no Município de São Miguel do Araguaia, que prevê a transposição das águas do rio Araguaia; o Projeto Flores de Goiás, que prevê a transposição das águas do rio Paranã; e o Projeto Três Barras, no Município de Cristalina.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como podemos concluir, a aprovação definitiva da Emenda Constitucional nº 254, que está sendo examinada na Câmara dos Deputados, constituirá, sem nenhuma dúvida, um grande passo para a consolidação e o desenvolvimento da agricultura irrigada em áreas importantes do nosso País. Por esse motivo, sua aprovação não pode mais tardar.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores: Após mais de seis anos de mandato em conteste, usando e abusando da prerrogativa de legislar mediante a edição de medidas provisórias, apoiado em uma maioria parlamentar submissa que jamais lhe tem faltado com o apoio, a não ser para barganhar vantagens, o Governo Fernando Henrique quase nada tem a apresentar à Nação afora a tão propalada estabilização monetária.

É nessa única e solitária realização que o atual Governo se refugia, na tentativa de dissimular seu completo fracasso no enfrentamento dos graves problemas do País.

No entanto, mesmo quanto a essa única e solitária realização, é forçoso reconhecer que o quadro está longe de ser tão róseo quanto tentam pintá-lo os prosélitos da era FHC.

Não se pode negar que não mais vivemos um processo inflacionário da virulência experimentada antes da implantação do Plano Real; no entanto, au-

mentos de preços continuam a ocorrer, principalmente aumentos de tarifas públicas e de preços controlados pelo Governo, e com o agravante de que os rendimentos da população trabalhadora encontram-se cada vez mais achatados.

Em outras palavras, o mesmo Governo que tanto se gaba de sua vitória no combate à inflação, e que, sob esse pretexto, promove uma sinistra política de achatamento salarial no setor público e privado, realiza grandes aumentos nas tarifas públicas e permite outro tanto nos preços que estão sob seu controle. É o que fica evidente ao observarmos a evolução dos preços e tarifas em setores como energia elétrica, telefonia e medicamentos. E é importante destacar que se trata de uma política tanto mais perniciosa na medida em que o aumento desses gastos acarreta, inevitavelmente, a diminuição das despesas com alimentação, sacrificando ainda mais as populações carentes, já tão esprezinhas.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, essa realidade, facilmente constatada a partir da observação empírica, veio a ser confirmada por pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Com efeito, a Pesquisa de Orçamento Familiar – POF –, realizada no Rio de Janeiro e em São Paulo nos anos de 1997 e 1998 e nas outras dez capitais mais representativas em termos de renda e população nos anos de 1999 e 2000, mostrou uma situação drasticamente diferente em relação à existente quando do levantamento anterior, feito em 1992 e 1993.

Na que lá época, menos de dez anos atrás, a maior parcela do orçamento das famílias brasileiras destinava-se à alimentação. Para esse grupo de despesas eram alocados quase 32% do orçamento doméstico. O grupo habitação, por sua vez, vinha bem atrás. Esse conjunto de despesas – que inclui aluguel, condomínio, IPTU, água e esgoto, luz, telefonia, gás, mobiliário, conservação e reparo – não comprometia mais que 24,2% do gasto familiar.

Já na última pesquisa, comprovou-se a inversão dessa ordem. Agora, as famílias brasileiras vêm-se forçadas a destinar aos gastos com habitação a parcela mais significativa de seu orçamento: mais de 31%. Com isso, não têm alternativa senão comprimir suas despesas alimentares: elas são agora aquinhoadas com apenas 25,1% do orçamento familiar.

Essa, Senhoras e Senhores Senadores, é uma evolução tremendamente negativa, que bem evidencia o completo descompromisso do atual Governo com a questão social. Por conta dos descontrolados aumentos das tarifas públicas e dos preços controla-

dos pelo Governo, a população brasileira vê-se cada vez mais privada do acesso a uma alimentação sadia, abundante e variada. Como se viu, num período inferior a dez anos, a parcela do orçamento familiar destinada aos gastos com o grupo habitação subiu de 24,2% para mais de 31%. Por conta disso, as despesas com alimentação tiveram de ser reduzidas de 32% para 25,1% do orçamento doméstico.

O violento aumento dos custos habitacionais infligido aos brasileiros nos últimos anos fica bem explícito ao verificar-se sua variação em comparação ao índice inflacionário. Como apontou o economista Paulo Sidney Melo Cota, coordenador do Centro de Estudos de Preços da Fundação Getúlio Vargas, os custos da habitação aumentaram quase o dobro da inflação desde a implantação do Plano Real, em agosto de 1994, até o presente. Enquanto o Índice de Preços ao Consumidor – IPC – apresentava variação de 94% nesse período, a habitação subiu nada menos que 166%.

O pesquisador da FGV aponta que o aumento dos aluguéis com o lançamento do Plano Real e os reajustes nas tarifas públicas de energia e telefonia, antes da privatização em 1998, como forma de entregá-las bastante lucrativas, aumentaram os gastos das famílias com o grupo habitação. E é importante lembrar que são aumentos que se impõem às famílias sem lhes deixar alternativas, pois são despesas que não são possíveis de eliminar, nem tampouco é possível trocar o serviço por outro mais barato. E vejam que no caso da energia estão previstos em contrato e mesmo na lei, aumentos volumosos para os próximos anos, isso sem computar o agravamento com a atual crise energética, aspecto que vou abordar mais a diante.

Um outro grupo de despesas em que se observam os nocivos efeitos da política governamental sobre os orçamentos domésticos é o grupo transportes. Nesse item, os aumentos da gasolina determinados pelo Executivo também causaram estragos nos orçamentos das famílias. Enquanto em 1992 eram destinados 12,3% do orçamento para as despesas com transporte, na última pesquisa o índice subiu para 13,9%. Mais uma vez, reduz-se a disponibilidade orçamentária para os gastos com alimentação.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, os números da Pesquisa de Orçamento Familiar da Fundação Getúlio Vargas, assim como aqueles obtidos em estudos de outras instituições, não deixam dúvidas: a vitória do Governo Fernando Henrique sobre a inflação é pura ilusão, os rendimentos da população trabalhadora vêm sendo cada vez

mais reduzidos, a brutal concentração da renda e da riqueza se aprofunda e as condições de vida de nosso povo se deterioram.

Estamos frente, portanto, ao mais completo fracasso de um Governo que nasceu cercado de tantas expectativas otimistas. Além de se mostrar incapaz de encaminhar as reformas políticas, sociais e econômicas indispensáveis à abertura de perspectivas para o futuro da Nação, o Governo Fernando Henrique sequer teve um sucesso verdadeiro e completo no combate ao processo inflacionário. A continuidade dos aumentos de preços, associada ao arrocho salarial, promove o empobrecimento dos trabalhadores e o aumento nos índices de concentração da riqueza.

Nesse particular, desejo destacar a verdadeira disparada de preços que se observa no meu Estado do Pará. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA – apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – relativo ao mês de fevereiro subiu em 1,54% na cidade de Belém, por conta de aumentos nas tarifas de transporte coletivo, nos preços dos alimentos e de revisão de alíquotas de ICMS. Com isso, a inflação acumulada nos dois primeiros meses do ano atingiu 4,2%, ultrapassando já, portanto, a meta estabelecida pelo Governo Federal para o ano todo, de 4%.

Essa é, Senhoras e Senhores Senadores, a “economia estável” conquistada pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Em apenas dois meses, na Capital do Estado do Pará, a inflação superou a meta estabelecida para o ano todo!

É preciso deixar muito clara a responsabilidade do Governo Federal por esse estado de coisas, pela continuidade do aumento do custo de vida.

No que se refere ao descomunal incremento dos custos habitacionais, estamos frente a mais um atentado aos interesses populares de cuja responsabilidade esse Governo não se pode esquivar. São os seus equívocos, é a sua política entreguista que provocam essa situação, particularmente no que concerne aos aumentos na telefonia e na energia elétrica.

Faço questão de denunciar, em especial, a responsabilidade do Governo nesses aumentos, em virtude da forma açodada com que conduziu o processo de desestatização dos setores de telefonia e de distribuição de energia. Já em 1998, logo antes da privatização, as tarifas públicas para esses serviços sofreram enormes reajustes, com grande impacto nos orçamentos familiares.

No entanto, o mais deprimente é constatar que os atentados à economia popular não cessaram. Ao

contrário, o pior ainda está por vir. Os mais funestos efeitos da imprevisão governamental, da sofreguidão em entregar o patrimônio nacional começam a se fazer sentir agora.

Graças à estapafúdia política conduzida pelo Governo Fernando Henrique, o Brasil vê-se defrontado com a mais grave crise energética jamais ocorrida em tempos de paz. Em consequência, os brasileiros já sabem que devem preparar os bolsos para novo e maior aumento nas tarifas de energia elétrica. Sacrifício que, por sinal, não será suficiente para evitar os “apagões” e suas dramáticas consequências de redução da atividade econômica, desemprego e aumento da insegurança nos centros urbanos.

Senhor Presidente, a realidade que denuncio aquela evidenciada por números pesquisados por uma instituição da credibilidade da Fundação Getúlio Vargas. Trata-se de uma realidade indesmentível. O aumento dos custos habitacionais tem provocado importante impacto inflacionário. E isso por conta, especialmente, dos aumentos nas tarifas públicas e nos preços controlados pelo Governo. A desastrada, imprevidente e irrefletida política de desestatização conduziu-nos à situação atual: tarifas exorbitantes e serviços deficientes, que não suprem a demanda.

Eis a verdadeira natureza da modernidade conquistada pelo Governo FHC: estamos prestes a voltar aos tempos da luz de lamparinas e da lata d’água na cabeça! Tudo, é claro, a preços de primeiro mundo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

## ORDEM DO DIA

– 1 –

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 20, DE 2001

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 267, de 2001 – art. 336 Inciso II, combinado com o art. 338, IV do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 20, de 2001 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 383, de 2001, Relator: Senador José Agripino), que autoriza a República Federativa do Brasil a con-

tratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 757,580,000.00 (setecentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento—BIRD.

– 2 –

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2000 (nº 1.790/99, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional das APAEs—Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, tendo

Parecer favorável, sob nº 147, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Geraldo Cândido.

– 3 –

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2001 (nº 730/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro, em 22 de abril de 2000, tendo

Parecer favorável, sob nº 360, de 2001, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Hugo Napoleão.

– 4 –

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 256, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 256, de 1999 (nº 185/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Globo S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Parecer favorável, sob nº 268, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Nílo Teixeira Campos.

– 5 –

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 171, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2000 (nº 351/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio Atalaia Ltda. para explorar serviço de

radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Geraldo Althoff, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

– 6 –

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 177, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 177, de 2000 (nº 330/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Lene Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.032, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ricardo Santos, com voto contrário do Senador Lauro Campos.

– 7 –

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 34, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2001 (nº 597/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Cultural Teresense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Tereza, Estado do Espírito Santo, tendo

Parecer favorável, sob nº 405, de 2001, da Comissão de Educação, Relator Senador Gerson Camata.

– 8 –

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 104, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 104, de 2001 (nº 453/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Governo do Estado do Acre, por intermédio da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Branco, Estado do Acre, tendo

Parecer favorável, sob nº 384, de 2001, da Comissão de Educação, Relator: Senador Tião Viana, com abstenção da Senadora Marina Silva.

O SR. PRESIDENTE (Antero Paes de Barros)  
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 50 minutos.)





**SENADO FEDERAL**  
**GABINETE DA DIRETORIA-GERAL**

## **PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL**

### **PORTARIA DO DIRETOR-GERAL** **Nº 64, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

### **R E S O L V E:**

prorrogar por 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 37, de 2001, do Diretor-Geral do Senado Federal.

Senado Federal, 28 de maio de 2001

Assinatura manuscrita de Agaciel da Silva Maia, em tinta preta, sobre uma linha horizontal.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral do Senado Federal**



**SENADO FEDERAL**  
**GABINETE DA DIRETORIA-GERAL**

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 65, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

**RESOLVE:**

prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância, instituída pela Portaria nº 48, de 2001, do Diretor-Geral do Senado Federal.

Senado Federal, 28 de maio de 2001

Assinatura manuscrita de Agaciel da Silva Maia, em tinta preta, sobre uma linha horizontal.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral do Senado Federal**



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL**

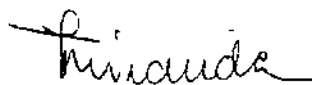
## **ATOS DO DIRETOR-GERAL**

### **ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 984, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007514/01-8

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIO EUSTÁQUIO DO NONÔ AMARAL** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Mauro Miranda.

Senado Federal, 25 de maio de 2001.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
pl Diretor-Geral



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 985, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 007590/01-6,

RESOLVE designar o servidor EGNALDO ROCHA COSTA, matrícula 4932, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, para exercer a Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Geraldo Althoff, com efeitos financeiros a partir de 23 de maio de 2001.

Senado Federal, 28 de maio de 2001.

Assinatura manuscrita de Agaciel da Silva Maia, em tinta preta, sobre uma linha horizontal.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 986, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007601/01-8**

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **TÂNIA MARIA DE OLIVEIRA GONÇALVES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 28 de maio de 2001.

Assinatura manuscrita de Agaciel da Silva Maia, com uma letra inicial 'A' muito grande e decorativa.  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**SENADO FEDERAL**

***ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 987, DE 2001***

*O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 007.265/01-8,*

*RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a DANIEL PEREIRA DE BARROS, na condição cônjuge, na proporção de 1/1 (um inteiro), dos proventos que percebia a ex-servidora LAURITA FANAIA DE BARROS, a partir data do óbito, 07/05/2001.*

*Senado Federal, 28 de maio de 2001.*

Assinatura manuscrita de Agaciel da Silva Maia, em tinta preta, sobre o nome impresso.

AGACIEL DA SILVA MAIA

*Diretor-Geral*



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 988, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007531/01-0

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **IZAMARA MARIA PIMENTEL PAES BARBOSA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 28 de maio de 2001.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Agaciel da Silva Maia', written over a faint circular stamp.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL

## ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 989, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007578/01-6

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 915, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2328, de 15/05/2001, que nomeou **DARLAN FERREIRA MOREIRA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sérgio Machado.

Senado Federal, em 28 de maio de 2001.

Assinatura manuscrita de Agaciel da Silva Maia, em tinta preta, sobre uma linha horizontal.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral





**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 990, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007351/01-0**

**R E S O L V E** tornar sem efeito a nomeação constante do Ato do Diretor-Geral n.º 833, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2321, de 04/05/2001, de **RICARDO BARBOSA**.

Senado Federal, em 28 de maio de 2001.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 991, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **007600/01-1**

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **SUELY LUCAS GOUVEIA MONTINHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 28 de maio de 2001.

Assinatura manuscrita de Agaciel da Silva Maia.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



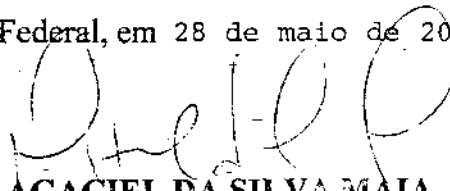
**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 992, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta dos Processos n.º 007489/01-3 e 007611/01-3,

**R E S O L V E** exonerar **LEILA DORIS DE MONTALVÃO GUEDES**, matrícula n.º 30.286, do cargo de Secretário Parlamentar, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência e nomeá-la, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 28 de maio de 2001.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



**PODER LEGISLATIVO**  
**SENADO FEDERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 993, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007557/01-9

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA MABEL PIMENTEL TRAJANO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Quarta Secretaria.

Senado Federal, em 28 de maio de 2001.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



**PODER LEGISLATIVO  
SENADO FEDERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 994, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007602/01-4

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARTA REGINA RIBEIRO SOARES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 28 de maio de 2001.

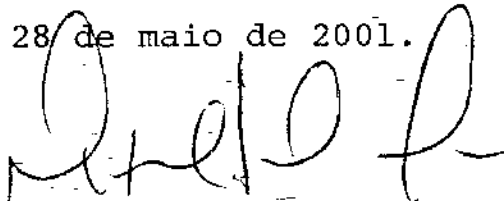
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 995. DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 0006199/00-3, -

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alíneas "a" e "c" e inciso II alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, manter a concessão de pensão vitalícia a BRAULINA SOARES DE SOUZA, na condição de cônjuge; manter a concessão de pensão temporária a TILDILEIDE DE ALMEIDA SOUZA, na condição de filha menor, na proporção de 2/4 (dois quartos), e conceder pensão vitalícia a ANÉZIA MARIA DE ALMEIDA ANDRADE, na proporção de 1/4, dos proventos que percebia o ex-servidor ANTONIO MARIANO DE SOUZA, matrícula 02574, a partir data do óbito, 26/04/2000.

Senado Federal, 28 de maio de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA

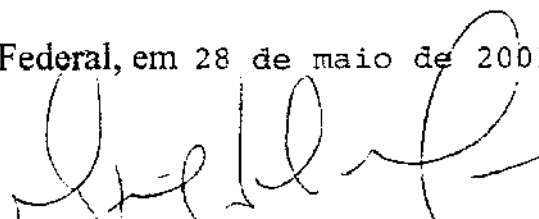
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº 996, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007603/01-0

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROBERTO CARSALADE QUEIROGA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do 1º Vice-Presidente.

Senado Federal, em 28 de maio de 2001.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

## **ATO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN**

### **ATO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO PRODASEN Nº 3, DE 2001**

O Presidente do Conselho de Supervisão do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE**:

Art. 1º Revogar o art. 2º do Ato do Presidente do Conselho de Supervisão nº 02, de 16 de junho de 1999.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF., 19 de abril de 2001

**Senador CARLOS WILSON**  
**Presidente do Conselho de Supervisão**  
**do PRODASEN**



## **ATOS DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN**

### **ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 68, DE 2001**

A Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar os servidores **ERALDO PAIVA MUNIZ**, matrícula 520, e **CEZAR MOURA DA MOTTA**, matrícula 4900-SF, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato** nº 57/1998      **Processo:** PD 470/98-8  
**Contratado:** TELECOMUNICAÇÕES DA BAHIA S/A – TELEBAHIA.  
**Objeto:** Prestação de serviços de Rádio e Vídeo Difusão via Internet para a transmissão dos sinais da TV SENADO e da RÁDIO SENADO, incluindo a transmissão de programas pré-gravados, sob demanda.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Ato 03/00.

Brasília, 18 de abril de 2001.

**KLEBER GOMES FERREIRA LIMA**  
*Diretor-Executivo*

## **ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 69, DE 2001**

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - **PRODASEN**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 237, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo PD-00293/01-6, **RESOLVE**:

I - Constituir Comissão Técnica Especial com o objetivo de definir critérios e procedimentos para o ingresso de novas bibliotecas na Rede Virtual de Bibliotecas-Congresso Nacional (RVBI), os compromissos de participação dessa rede, bem como a sistemática para a reprodução dos custos operacionais do PRODASEN.

II - Designar para integrar a referida Comissão Técnica Especial os servidores **VALDIR ALVES DOS SANTOS, ARLINDO ARINOS PORTO, JOSÉ AURÉLIO PADILHA BATISTA, HELIO CHAGAS FILHOS e SILVIO ARY TOMAZ NUNES** Analistas de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do PRODASEN; **STELINA MARIA MARTINS PINHA, ELAINE RICEVICH BASTOS DE OLIVEIRA e LISANE DE MEIRA LIMA GESTEIRA**, Analistas Legislativos, do quadro de Pessoal do Senado Federal.

III - Designar o servidor **SILVIO ARY TOMAZ NUNES** para Presidente da Comissão, e o servidor **VALDIR ALVES DOS SANTOS** para substituí-lo em seus impedimentos.

IV - Fixar o prazo de 90 (noventa) dias, para que a Comissão Técnica Especial conclua seus trabalhos.

V - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Quadro de Avisos do PRODASEN.

Brasília, 30 de abril de 2001.

**KLEBER GOMES FERREIRA LIMA**  
Diretor-Executivo

## **ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 70, DE 2001**

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar os servidores **ALEXANDRE ABDU EL-MOOR**, matrícula 454, e **DEOMAR ROSADO**, matrícula 484, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a Empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato nº 58/2000**      **Processo:** PD 289/00-0  
**Contratado:** COLUMBIA STORAGE COMÉRCIO E INFORMÁTICA.  
**Objeto:** Aquisição e instalação, sob a forma de venda consignada, de 01 (um) Subsistema de Discos simultaneamente compatível com as plataformas IBM S/390, UNIX, NOVELL NETWARE e MICROSOFT WINDOWS NT SERVER e WINDOWS 2000, com garantia de funcionamento por meio de manutenções, preventivas, corretivas e evolutivas, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, incluindo fornecimento de peças novas e originais.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

**Brasília, 03 de maio de 2001.**

**KLEBER GOMES FERREIRA LIMA**  
**Diretor-Executivo**

## **ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 71, DE 2001**

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar os servidores **HÉLIO FERREIRA LIMA**, matrícula 123, e **JOSÉ CARLOS PEDROSA BETÔNICO**, matrícula 073, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a Empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato nº 45/2000**      **Processo:** PD 839/97-3  
**Contratado:** PANAVIDEO TECNOLOGIA ELETRÔNICA LTDA.  
**Objeto:** Prestação de serviços de assistência técnica mediante manutenções corretiva e preventiva do Sistema de Votação Eletrônica do Senado Federal, compreendendo hardware e software, incluindo upgrades.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Ato nº 38/00.

**Brasília, 03 de maio de 2001.**

**KLEBER GOMES FERREIRA LIMA**  
**Diretor-Executivo**

## **ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 72, DE 2001**

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar os servidores **JOSÉ CARLOS ABREU MURICY**, matrícula 496, e **EUZÉBIO DALVI**, matrícula 486, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a Empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato nº 22/97 Processo:** PD 433/96-9  
**Contratado:** HITECH INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO DE DADOS LTDA.  
**Objeto:** Prestação de serviços de instalação e retirada de equipamentos da Rede de Dados do Senado Federal.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Ato nº 57/97.

**Brasília, 03 de maio de 2001.**

**KLEBER GOMES FERREIRA LIMA**  
**Diretor-Executivo**

## **ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 73, DE 2001**

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar os servidores **ADALBERTO JOSÉ ROLIM TUBBS**, matrícula 126, e **ERALDO PAIVA MUNIZ**, matrícula 520, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a Empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato** nº 01/98 **Processo:** PD 416/97-5  
**Contratado:** LIGHT INFOCON TECNOLOGIA LTDA  
**Objeto:** Prestação de serviços de suporte técnico, treinamento, licença de uso e atualização de versões de software LighBase – Banco de Dados Textual, versão para sistema operacional Windows.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Ato nº 51/98.

**Brasília, 05 de maio de 2001.**

**KLEBER GOMES FERREIRA LIMA**  
**Diretor-Executivo**

## **ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 74, DE 2001**

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar os servidores **OSÉLIO SANTANA CÉSAR**, matrícula 204, e **ERALDO PAIVA MUNIZ**, matrícula 520, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a Empresa abaixo relacionada:

a) **Contrato nº 03/99 Processo: PD 925/97-7**

**Contratado: IDS TECNOLOGIA LTDA.**

**Objeto:** Assinatura de trinta e dois acessos simultâneos ao Datalegis – Banco de Dados Textual, na versão Rede, por meio de estações de trabalho conectada ao computador central da IDS.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Ato nº 47/99.

**Brasília, 05 de maio de 2001.**

**KLEBER GOMES FERREIRA LIMA**  
**Diretor-Executivo**

## **ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 75, DE 2001**

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto nos Atos do Primeiro-Secretário do Senado Federal nºs 09/92 e 03/95, **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar os servidores **JOSÉ WELLINGTON DE OLIVEIRA RÊGO**, matrícula 414, e **SILVIO ELIAS SATHLER**, matrícula 348, para Gestores Titular e Suplente, respectivamente, do contrato celebrado entre este Órgão e a Empresa abaixo relacionada:

- a) **Contrato** nº 13/00 **Processo:** PD 690/98-8  
**Contratado:** MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA.  
**Objeto:** Aquisição, com instalação e assistência técnica, de 123 scanners de mesa A4 coloridos, de 600 DPI marca Epson, modelo Perfection 636.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Ato nº 30/2000.

**Brasília, 14 de maio de 2001.**

**KLEBER GOMES FERREIRA LIMA**  
**Diretor-Executivo**



## **ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 76, DE 2001**

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997,  
**RESOLVE:**

I – Constituir Comissão Técnica Especial, em atendimento ao Ato do Primeiro-Secretário n.º 05/2001, com a finalidade de:

- a- Definir os aperfeiçoamentos necessários para a melhoria da segurança do Sistema de Votação Eletrônica do Senado Federal, em consonância com as sugestões do relatório final da UNICAMP, e de outras que sejam identificadas pela Comissão.
- b- Implementar, progressivamente, os aperfeiçoamentos citados na letra "a" por meio da empresa Panavideo Tecnologia Eletrônica Ltda.

II – Designar para integrar a Comissão os servidores **MÁRIO SÉRGIO PEREIRA MARTINS**, matr. 423; **RICARDO FARIA CORREA TEIXEIRA**, matr. 420; **FRANCISCO JOSÉ FIUZA LIMA**, matr. 452; **FLÁVIO ROBERTO DE ALMEIDA HERINGER**, matr. 503; **MÁRIO ROBERTO DE AGUIAR**, matr. 513; **JOÃO JORGE SQUEFF**, matr. 549, ocupantes do cargo de Analista de Informática Legislativa; **RAQUEL FERREIRA REIS SILVA**, matr. 374; **HÉLIO FERREIRA LIMA**, matr. 123 e **JOSÉ CARLOS PEDROSA BETÔNICO**, matr. 073, ocupantes do cargo de Técnico de Informática Legislativa, todos do Quadro de pessoal do PRODASEN; **CLAUDIA LYRA NASCIMENTO**, matr. 2775; **ROBERTO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA**, matr. 4725 e **IVANETE JORGE SILVA**, matr. 1551, ocupantes do cargo de Analista Legislativo, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

III – Designar o servidor **MÁRIO SÉRGIO PEREIRA MARTINS**, para Presidente da Comissão e o servidor **RICARDO FARIA CORREA TEIXEIRA**, para substituí-lo em seus impedimentos.

IV – Designar a servidora **RAQUEL FERREIRA REIS SILVA** para secretariar a Comissão e a servidora **IVANETE JORGE SILVA** para fazer os apanhamentos taquigráficos.

V – Fixar a data de 26/10/2001, para que a Comissão conclua seus trabalhos, ou apresente novo cronograma que justifique a sua prorrogação.

VI – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

**Brasília, 14 de maio de 2001.**

**KLEBER GOMES FERREIRA LIMA**  
**Diretor-Executivo**

## **ATO DO DIRETOR-EXECUTIVO DO PRODASEN Nº 77, DE 2001**

O Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - PRODASEN no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 237, da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE:**

I – Constituir Comissão Técnica Especial, com o objetivo de definir pontos de controle, produtos e procedimentos gerenciais e técnicos comuns a diversas metodologias que venham a ser utilizadas pela organização de forma a proporcionar um controle sobre os sistemas em desenvolvimento e em produção no PRODASEN.

II – Designar para integrar a Comissão os servidores **MARCELO ANDRADE DE JESUS**, matr. 532; **ARMANDO ROBERTO CERCHI NASCIMENTO**, matr. 487; **ALCIDES RIBEIRO V. GUIMARÃES**, matr. 519; **PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO**, matr. 050; **ALEXANDRE FARIA DA FONSECA**, matr. 562; **FABIO MONTEIRO SOBRAL**, matr. 515, **VICTOR ANNIBAL SOARES AZEVEDO**, matr. 430; **ELIZABETH BELLEZA CÔRTEZ**, matr. 539; ocupantes do cargo de Analista de Informática Legislativa do quadro de pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – PRODASEN.

III – Designar o servidor **MARCELO ANDRADE DE JESUS**, para Presidente da Comissão e o servidor **ALCIDES RIBEIRO V. GUIMARÃES**, para substituí-lo em seus impedimentos.

V – Fixar o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para que a Comissão conclua seus trabalhos, ou apresente novo cronograma que justifique a sua prorrogação.

VI – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

**Brasília, 23 de maio de 2001.**

**KLEBER GOMES FERREIRA LIMA**  
*Diretor-Executivo*